



DIÁRIO OFICIAL

Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão



Índice

Prefeitura Municipal de Icatu	3
Prefeitura Municipal de Araiões	3
Prefeitura Municipal de Governador Archer	3
Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão	7
Prefeitura Municipal de Nova Iorque	20
Prefeitura Municipal de Riachão	20
Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene	23
Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes	23
Prefeitura Municipal de São José dos Basílios	24
Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso	25
Prefeitura Municipal de Tuntum	37

EXPEDIENTE

CARGO	PREFEITO	MUNICÍPIO
PRESIDENTE	CLEOMAR TEMA CARVALHO CUNHA	TUNTUM
1º VICE-PRESIDENTE	DJALMA MELO MACHADO	ARARI
2º VICE-PRESIDENTE	HAMILTON NOGUEIRA ARAGÃO	SÃO MATEUS
SECRETÁRIO-GERAL	JURAN CARVALHO DE SOUZA	PRESIDENTE DUTRA
1º SECRETÁRIO	EMMANUEL DA CUNHA SANTOS AROSO NETO	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO
2º SECRETÁRIO	ERLANIO FURTADO LUNA XAVIER	IGARAPÉ GRANDE
TESOUREIRO-GERAL	HENRIQUE CALDEIRA SALGADO	PINDARÉ - MIRIM
1º TESOUREIRO	WELLRIK CARVALHO DE SOUZA	BARRA DO CORDA
2º TESOUREIRO	JOÃO LUCIANO SILVA SOARES	PINHEIRO
DIRETOR DE EDUCAÇÃO	VALMIRA MIRANDA DA SILVA BARROS	COLINAS
DIRETOR DE SAÚDE	ROMILDO DAMASCENO SOARES	TUTÓIA
DIRETOR DE ASSISTENCIA SOCIAL	VALÉRIA MOREIRA CASTRO	PRESIDENTE SARNEY
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE	JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA BARROS	VARGEM GRANDE
DIRETOR DE CULTURA	CONCEIÇÃO DE MARIA PEREIRA CASTRO	S. VICENTE FERRER
DIRETOR DE ORÇ. FINANÇAS	GLEYDSON RESENDE DA SILVA	BARÃO DE GRAJAÚ
DIRETOR DE SEGURANÇA	FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ
DIRETOR JURÍDICO	TIAGO RIBEIRO DANTAS	FEIRA NOVA DO MARANHÃO
DIRETOR INFRA-ESTRUTURA	ARQUIMEDES A. BACELAR	AFONSO CUNHA
REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA - DF	DOMINGOS COSTA CORREA	MATÕES DO NORTE
CONSELHO FISCAL - EFETIVO	JOSÉ AGUIAR RODRIGUES NETO	NINA RODRIGUES
	ANTONIO JOSÉ MARTINS	BEQUIMÃO
	LUIS MENDES FERREIRA FILHO	COROATÁ
CONSELHO FISCAL - SUPLENTE	LAHESIO RODRIGUES DO BONFIM	SÃO PEDRO DOS CRENTES
	ADELBASTO RODRIGUES SANTOS	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
	LAÉRCIO COELHO ARRUDA	LAGO DA PEDRA

Prefeitura Municipal de Icatu**DECISÃO DO PAD Nº 003/2016**

DECISÃO Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2016 Vistos e examinados os autos do Processo administrativo disciplinar instaurado pela Portaria 118/2016 em desfavor do servidor Marinaldo Ferreira Araújo, cargo vigia, lotado no CAPS: Razões de decidir: 1. Entendo que o Relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar apurou os fatos de acordo com as prescrições legais e constitucionais, cumprindo à risca todos os requisitos do Estatuto dos Servidores públicos desta Municipalidade, oportunizando ao servidor o pleno exercício do direito constitucional ao contraditório e a ampla defesa. 2. Assim, considerando o atendimento dos requisitos legais deste Processo administrativo Disciplinar, reputo comprovado mediante provas documentais e testemunhais convincentes que o servidor, Marinaldo Ferreira Araújo de fato cometeu reiteradas faltas no serviço de vigilância do prédio do CAPS, acarretando sérios riscos ao patrimônio daquele órgão. 3. Convém ressaltar que o objetivo deste Processo Administrativo Disciplinar é tão somente apurar condutas que violem os deveres que todo servidor municipal tem de cumprir os preceitos legais entre os quais o de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo bem como observar e cumprir as demais normas regulamentares. (art. 157 do Estatuto dos Servidores). 4. Com relação ao recurso interposto pelo servidor, entendo que não merece ser acolhido porquanto as faltas cometidas pelo servidor configuram, sem sombra de dúvidas, inobservância do dever funcional de **exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo** (inciso I do art. 157 da Lei Municipal 318/2014). Se faltas injustificadas fossem punidas tão somente com desconto dos dias faltosos em folha de pagamento, não haveria sentido a existência do art. 174, inciso IV da Lei 318/14 que prevê aplicação de **pena de demissão** por inassiduidade ou impontualidade habituais. 5. Ora, como dito, a motivação da instauração do presente PAD não é simplesmente punir o servidor mas, sim, apurar fatos previstos em lei como passíveis de punição com o escopo de desestimular o servidor a cometer novas faltas, em prestígio ao Princípio da Eficiência e da Moralidade Administrativa. 6. No caso concreto, a penalidade aplicada foi mais pedagógica do que punitiva na medida em que a inassiduidade habitual é conduta passível de demissão. 7. Assim sendo, após análise detida de todo o acervo probatório incorporado aos autos, DECIDO pela aplicação da penalidade de **SUSPENSÃO POR 30 DIAS** ao servidor Marinaldo Ferreira Araújo, prevista nos arts. 172 e 173 da Lei Municipal 318/2014. 9. Ao Setor de Recursos Humanos para cumprimento da penalidade imposta ao servidor Marinaldo Ferreira Araújo e registro do fato no dossiê funcional deste. Icatu/MA, 12 de julho de 2017. José de Ribamar Moreira Gonçalves Prefeito Municipal

Autor da Publicação: GEISILENE CRISTINA TEIXEIRA SILVA

Prefeitura Municipal de Araiões**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL AO CONTRATO Nº 09.01.2017.009****TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL AO CONTRATO Nº 09.01.2017.009**

O **MUNICÍPIO DE ARAIOSES(MA)**, inscrito no CNPJ nº

06.450.191/0001-70, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, s/n, bairro Centro, Araiões(MA), neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Dr. **CRISTINO GONÇALVES DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, médico, inscrito no Registro Geral sob o nº 1.115.912 SSP/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº 055.335.202-44, residente e domiciliado na Avenida Dr. Paulo Ramos, s/n, bairro centro, Araiões - MA, doravante denominado abreviadamente de **CONTRATANTE**, no uso das atribuições, com fulcro no artigo 58, inciso II, e art. 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, decide **RESCINDIR UNILATERALMENTE** o Contrato nº **09.01.2017.009**, celebrado com a empresa **JOSE EUCLIDES DE FRANCA CARVALHO-ME**, CNPJ nº 15.798.172/0001-20, estabelecida na cidade de Parnaíba(PI), Estado do Piauí, localizado na Rua Antônio Gutemberg, nº 1069, Bairro Reis Veloso, representada pelo Sr. **JOSE EUCLIDES DE FRANCA CARVALHO**, residente e domiciliado em Parnaíba-PI, operando-se tal rescisão pelos fundamentos abaixo descritos e gerando os efeitos a seguir fixados: **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de serviços de assessoria, consultoria e apoio a gestão na elaboração e acompanhamento de projetos, acompanhamento de convênios, e programas a nível Municipal, Estadual e Federal, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Araiões/MA e a empresa **JOSE EUCLIDES DE FRANCA CARVALHO-ME**, CNPJ nº 15.798.172/0001-20, em 02 de março de 2017, Contrato nº **09.01.2017.009** **CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL** O presente Termo de Distrato se justifica pela conveniência e oportunidade da Administração municipal, inserindo aqui seu poder de discricionariedade administrativa, bem como pela necessidade de modificação, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, com fundamentos no artigo 58, inciso II, e art. 79, inciso I, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO** Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Araiões, Estado do Maranhão. Araiões/MA, 31 de maio de 2017.

Cristino Gonçalves de Araújo

Prefeito Municipal

Autor da Publicação: RAFAEL GOMES LEAL

Prefeitura Municipal de Governador Archer**EDITAL DE PUBLICAÇÃO****ESTADO DO MARANHÃO****PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER-MA****EDITAL DE PUBLICAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Governador Archer, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais... FAZ SABER a todos os habitantes do município e a quem possa interessar que o Senhor **ANTONIO SEGUNDO DE SOUSA FIALHO** requer o Título de Propriedade de um terreno com as seguintes informações: **FRENTE: LIMITA - SE COM A RUA GONÇALVES DIAS; MEDINDO 325,19 METROS: FUNDO - LIMITA - SE COM A SENHORA; FRANCISCA FERREIRA LOURENÇO ; MEDINDO 352,40 METROS: LATERAL ESQUERDA: LIMITA - SE COM A RUA NOVA; MEDINDO 132,29 METROS: LATERAL**

DIREITA: LIMITA - SE COM O SENHOR EDEVALDINO LOURENÇO; MEDINDO 202,94 METROS: **TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 52.391,00 m²**. Quem se achar prejudicado com o presente pedido, dentro do prazo de 08 (Oito) dias, a partir da presente data de publicação deste edital, trazer à Secretária Municipal de Administração suas reclamação e contestação devidamente fundamentada, com provas documentais que justifiquem os seus direitos no referido terreno. E, para constar mandei lavrar o Presente Edital que será publicado e afixado no lugar de costume. Que deverá ser afixado no mural desta Secretaria e Prefeitura. Transcorrido o prazo ali estabelecido, volta-se, para ser decretada a titularidade em favor do (a) Requerente.

Governador Archer/MA, 17 de julho de 2017.

MARCOS WENILSON MONTEIRO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Adm. Finanças e Planejamento

Autor da Publicação: Luis Ventura Mota Filho

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DO MARANHÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER-MA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Prefeita Municipal de Governador Archer, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais... FAZ SABER a todos os habitantes do município e a quem possa interessar que a Senhora **MARIA FRANCISCA LIMA** requer o Título de Propriedade de um terreno com as seguintes informações: **FRENTE: LIMITA - SE** COM A AV, JAPÃO; MEDINDO 6,00 METROS: **FUNDO - LIMITA - SE** COM O SENHOR; ROBERTO ESPERANÇA ; MEDINDO 6,00 METROS: **LATERAL ESQUERDA: LIMITA - SE** COM O SENHOR; CORDEIRO; MEDINDO 43,00 METROS: **LATERAL DIREITA: LIMITA - SE** COM A SENHORA FATIMA RODRIGES DE SOUSA; MEDINDO 43,00 METROS: **TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 258,00 m²**. Quem se achar prejudicado com o presente pedido, dentro do prazo de 08 (Oito) dias, a partir da presente data de publicação deste edital, trazer à Secretária Municipal de Administração suas reclamação e contestação devidamente fundamentada, com provas documentais que justifiquem os seus direitos no referido terreno. E, para constar mandei lavrar o Presente Edital que será publicado e afixado no lugar de costume. Que deverá ser afixado no mural desta Secretaria e Prefeitura. Transcorrido o prazo ali estabelecido, volta-se, para ser decretada a titularidade em favor do (a) Requerente.

Governador Archer/MA, 17 de julho de 2017.

MARCOS WENILSON MONTEIRO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Adm. Finanças e Planejamento

Autor da Publicação: Luis Ventura Mota Filho

LEI Nº 133/2017

"Dispõe sobre a criação de seção e artigos na Lei Municipal nº 014/1997 (Estatuto dos Servidores Municipais) e dá outras providências"

A PREFEITA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER, ESTADO DO MARANHÃO, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR ARCHER, ESTADO DO MARANHÃO, aprovou e ela sanciona a seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica criada a Seção V e seus respectivos artigos na Lei Municipal nº 014/1997, na forma seguinte:

Seção V

Dos Adicionais

Art. 93-A. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidos aos servidores os seguintes adicionais:

I - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas e/ou com risco de vida;

II - adicional noturno;

III - adicional de férias;

IV - adicional de qualificação;

V - adicional de gratificação de deslocamento.

Subseção I

Do adicional de Insalubridade, Periculosidade ou com Risco de Vida.

Art. 93-B. Os servidores farão jus à percepção de um adicional quando exercerem trabalho em atividades sob condições insalubres, perigosas ou com Risco de Vida.

Art. 93-C. O exercício do trabalho em condições insalubres assegura ao servidor a percepção de adicional de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) ou 10% (dez por cento), conforme se classifiquem respectivamente, nos graus máximo, médio e mínimo, calculados sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 93-D. O exercício das atividades em operações perigosas ou com risco de vida assegura ao servidor um adicional de 30% (trinta por cento), calculado sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 93-E. Para fins de estabelecimento do adicional de periculosidade e insalubridade, e ou determinar o grau, será elaborado laudo técnico de condições ambientais de trabalho a cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, em conformidade com a legislação federal atinente a matéria.

Art. 93-F. O município é obrigado a fornecer aos servidores os Equipamentos de Proteção Individual necessários a minimizar os riscos da insalubridade e da periculosidade, instituindo o serviço de fiscalização das condições de trabalho.

Art. 93-G. O direito do adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação ou neutralização do risco a sua saúde ou integridade física, ou pela interrupção do exercício da atividade de risco.

Art. 93-H. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

Art. 93-I. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

Art. 93-J. Todo o servidor que no exercício de seu cargo e atribuições realizar abordagem ao público em geral nas vias urbanas ou guarnecer o Patrimônio Público, exposto à Risco de Vida, será pago o Adicional de Risco de Vida, correspondente a 30 % (trinta por cento) sobre seu vencimento básico.

Parágrafo único - O risco de vida, nos termos do caput deste Artigo será aferido mediante apreciação das condições que cercam a atividade do servidor, quer pela realização de perícia.

Subseção II

Do Adicional Noturno

Art. 93-L. Pelo serviço noturno, prestado das 22 às 5 horas, os servidores públicos municipais terão o valor da respectiva hora-trabalho acrescido de 30% (trinta por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único - O adicional noturno não será incorporado ao vencimento do servidor, somente sendo pago enquanto o servidor estiver executando suas funções em horário noturno.

Subseção III

Do Adicional de Férias

Art.93-M. Independentemente de solicitação, será pago ao professor um adicional correspondente a 1/3 (um terço) sobre a remuneração do período de 45 (quarenta e cinco) dias de férias, e para os demais servidores sobre a remuneração do período de 30 (trinta) dias de férias.

Subseção IV

Da Gratificação de Qualificação

Art.93-N. Terá direito ao adicional de qualificação, no importe de 10% (dez por cento) sobre o salário básico, o servidor que for portador de formação em nível superior, com graduação em qualquer curso, independentemente de ser relacionado ao provimento do cargo que exerça.

Subseção V

Da Gratificação de Deslocamento

Art.93-O. Terá direito ao adicional de gratificação por deslocamento, sobre o salário básico, o servidor deslocado **ex officio** pela Administração Municipal para desempenhar suas funções em outra localidade, sendo 20% (vinte por cento) na distância que for acima de 10 km até 20 km e 25% (vinte e cinco por cento) na distância que for acima de 20 km, como referência para a medição da distância a Praça Getúlio Vargas desta cidade.

Parágrafo único - O presente adicional não alcança o servidor que foi deslocado por iniciativa própria ou que presta serviço em localidade diferente de seu endereço mediante aprovação em concurso público

para aquela localidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Archer – MA, 12 de julho de 2017.

Maria de Jesus Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal

Autor da Publicação: Luis Ventura Mota Filho

LEI Nº 134/2017.

“Dispõe sobre a instituição do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Governador Archer e dá outras providências”.

A Prefeita Municipal de Governador Archer, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Governador Archer, Estado do Maranhão, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de Governador Archer.

Art. 2º O Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração de que trata esta Lei, tem como diretrizes:

I – organizar os cargos de provimento efetivo;

II – garantir o desenvolvimento do servidor, objetivando sua valorização, a racionalização e a melhoria na qualidade dos serviços;

III- definir uma política salarial adequada.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS BÁSICOS

Art. 3º Para fins desta Lei, são considerados os seguintes conceitos básicos:

I – Carreira é o agrupamento de cargos, estruturados em classes e níveis de acordo com a natureza e a complexidade das atividades pertinentes a eles;

II – Categoria Funcional é o conjunto de carreiras, agrupadas pela natureza das atividades e grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;

III – Cargo Público é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades de natureza permanente cometidas a um servidor

público, criado por lei, com denominação própria, quantidade certa, pagamento pelos cofres públicos e provimento de caráter efetivo;

IV – Classe é a posição do servidor no escalonamento vertical dentro da mesma carreira;

V – Nível é a posição do servidor no escalonamento horizontal dentro da mesma classe de uma carreira;

VI – Cargo de Provimento Efetivo é o conjunto de atribuições e responsabilidades definido de acordo com a estrutura organizacional da instituição, cuja investidura dar-se-á mediante concurso público;

VII – Quadro de Pessoal é o conjunto de cargos de provimento efetivo;

VIII – Progressão é a mudança do servidor de um nível para outro dentro da mesma classe;

IX – Promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra, dentro da mesma carreira;

X – Avaliação de Desempenho é um instrumento que tem como objetivo aferir o desempenho do servidor em relação as suas atribuições e responsabilidades;

XI – Avaliação de Desempenho no modelo 180° é a modalidade de avaliação em que o chefe imediato e o servidor são avaliados simultaneamente;

XII – Posicionamento é o ajuste do servidor na classe e nível inicial de cada cargo.

XIII – Reposicionamento é o deslocamento do servidor da classe e nível inicial, considerando o tempo de serviço no cargo.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS CARGOS

Art. 4º A estrutura dos cargos de provimento efetivo, pertencentes ao Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Governador Archer, é constituída de categorias funcionais e carreiras definidas no Anexo I.

I – Categorias Funcionais:

- a) Atividades profissionais;
- b) Atividades técnicas;
- c) Atividades operacionais.

II – Carreiras

- a) De suporte especializado
- b) De suporte técnico;
- c) De suporte operacional.

§1º A carreira está organizada em quatro níveis para o suporte especializado, três níveis para o suporte técnico e suporte operacional, com nove classes cada, com ingresso no nível A, classe I.

§ 2º A Tabela de Correlação dos cargos pertencentes ao Quadro de

Pessoal Permanente, as carreiras e os cargos organizados, constam no Anexo I.

§ 3º Os profissionais de auxiliar de enfermagem, em virtude da extinção da função, terão o prazo de 3 (três) anos para realizarem curso técnico profissionalizante para que possam migrar para a função de técnico em enfermagem.

Art. 5º O quantitativo de vagas dos cargos que compõem a estrutura do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração, está fixado no Anexo II.

TÍTULO II

DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Art. 6º O desenvolvimento na carreira dos servidores integrantes dos cargos pertencentes ao Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do Quadro de Pessoa dar-se-á através dos institutos de Progressão e Promoção.

§1º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação de desempenho específico, quando considerado estável, obterá progressão para o Nível subsequente.

§2º A progressão entre os níveis para o Suporte Especializado acontecerá da seguinte forma: a.. Nível A com diploma de graduação de ensino superior na sua respectiva área; b. Nível A para o Nível B dar-se-á com diploma de especialização ou pós-graduação *Latu-senso*; c. Nível B para o Nível C dar-se-á com pós-graduação *Stricto-senso* (Mestrado);

d. Nível C para o Nível D dar-se-á com pós-graduação *Stricto-senso* (Doutorado).

§3º A progressão entre os níveis para o Suporte Técnico acontecerá da seguinte forma: a. Nível A com certificado de ensino médio e/ou técnico equivalente a carreira; b. Nível A para o Nível B dar-se-á com a apresentação de cursos adicionais na área de atuação com duração entre 60 e 120 horas; c. Nível B para o Nível C dar-se-á com a apresentação de cursos adicionais na área de atuação com duração acima de 120 horas.

§4º A progressão entre os níveis para o Suporte Operacional acontecerá da seguinte forma: a. Nível A com certificado de ensino fundamental; b. Nível A para o B dar-se-á com a apresentação de certificado de ensino médio e/ou cursos adicionais na área de atuação com duração mínima de 60 horas; c. Nível B para o Nível C dar-se-á com a apresentação de cursos adicionais na área de atuação acima de 120 horas.

CAPÍTULO I

DA PROGRESSÃO

Art. 7º A progressão dos servidores ocorrerá de quatro em quatro anos, com ressalva do período probatório que será de três anos, mediante os critérios de Avaliação de Desempenho e Tempo de Serviço.

Art. 8º A efetivação da progressão dar-se-á sempre que o servidor completar o interstício e obtiver Avaliação de Desempenho satisfatória, não sendo aplicada a avaliação, por inércia da Administração Pública Municipal, o servidor não será prejudicado, fazendo jus à respectiva progressão.

Art. 9º A variação entre os classe é única e corresponde a 2,0% (dois por cento) de um nível para o outro.

Art. 10. Não fará jus à progressão o servidor:

I – em estágio probatório;

II – em disponibilidade;

III- o servidor que teve 12 (doze) ou mais faltas em um período de 12 (doze) meses, salvo os casos previstos em lei;

IV – de licença para tratar de interesse particular;

V – respondendo a processo administrativo disciplinar, salvo em caso de absolvição o funcionário terá sua progressão retroativa a data do protocolo;

VI- ter sofrido punição de advertência por escrito no prazo de 06 (seis) meses;

VII – em decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Art. 11. O Desenvolvimento dos servidores ocupantes de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente e outras normativas, inseridos no Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Governador Archer, será regulamentado pelo Estatuto do Servidor e/ou em Decreto específico.

Art. 12. Em nenhuma hipótese o servidor receberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos de I a II;

Art. 13. A promoção de nível será devido a partir do mês imediato à apresentação do título, diploma ou certificado, sem efeito retroativo.

Art. 14. Os cursos de pós-graduação lato sensu, somente serão aceitos com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

Art. 15. Os pedidos de promoção de nível serão implantados a partir do mês da referida solicitação, sem retroação, com data limite até o dia 15 do mês em curso.

Art.16. A promoção de nível incidirá sobre o vencimento base do servidor, na seguinte forma:

I – 3% (três por cento), para o nível B;

II – 6% (seis por cento), para o nível C;

III – 10% (dez por cento), para o nível D;

TÍTULO V

DA REMUNERAÇÃO

Art. 17. A remuneração dos servidores se dá de acordo com as tabelas constantes no anexo II, tanto para fins de ingresso, quanto para promoção e progressão.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. A implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dar-se-á, mediante Decreto de Posicionamento e Reposicionamento

dos servidores nos cargos, classes e níveis, obedecidos os requisitos de provimento dos cargos, cujas descrições e especificações estão dispostas no Anexo II.

§1º Os atuais servidores pertencentes ao quadro de pessoal Permanente da Prefeitura serão posicionados no nível e classe inicial na nova estrutura de cargos criada por esta Lei, com remuneração da nova referência a partir da publicação do Relatório de Avaliação, sem retroagir à data de admissão.

§2º Após o posicionamento os servidores serão reposicionados, levando-se em consideração o tempo de efetivo exercício no cargo, conforme Tabela de Correlação constante do Anexo II,

3º Fica instituído o mês de janeiro como data base para o reajuste, tendo como parâmetro o percentual de reajuste do salário mínimo.

Art. 19. Caberá ao setor de Recursos Humanos a implantação, bem como a manutenção do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração – PCCR, aprovado por esta Lei.

Art. 20. A presente Lei não se aplica aos servidores que integram os cargos pertencentes ao Quadro Suplementar da Prefeitura.

Art. 21. Os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate a Endemias terão seu reajuste salarial conforme a alteração do piso nacional, mantendo os mesmos direitos de progressão relacionados no suporte técnico.

Art. 22. Em momento de crise econômica no âmbito municipal, oficialmente decretada por ato do poder executivo, bem como no âmbito federal, nacionalmente conhecida, a tramitação processual será suspensa até a normalização da referida crise.

Art. 23. As despesas decorrentes da implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração – PCCR correrão à conta do orçamento próprio da Prefeitura Municipal de Governador Archer.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, fica revogada a Lei Municipal nº 126/2016 (antigo Plano de Cargo, Salário e Carreira).

Governador Archer-MA, 12 de julho de 2017.

Maria de Jesus Monteiro dos Santos

Prefeita Municipal

Autor da Publicação: Luis Ventura Mota Filho

Prefeitura Municipal de Itinga do Maranhão

LEI Nº 278/2017 DE 21 DE JUNHO DE 2017

LEI Nº 278/2017 de 21 de junho de 2017. “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente e Dá Outras Providências.” O PREFEITO DE ITINGA DO MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por Lei Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte **LEI: Art.1.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar ao orçamento municipal vigente, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos

mil reais), destinados a dotação orçamentária discriminada, conforme anexo I deste Projeto de Lei. **Art. 2.** Para suprir a despesa de que trata o Artigo 1 desta Lei, serão utilizados recursos previstos no inciso III, do artigo 43 da Lei 4.320/64. **Parágrafo Único** - O detalhamento do crédito previsto neste artigo terá como fonte de recurso: I - Crédito resultante da anulação de dotação consignada no orçamento vigente no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). **Art. 3.** O recurso oriundo da anulação de dotação orçamentária consta no anexo II deste Projeto de Lei. **Art. 4.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, aos 21 do mês de junho de 2017. **LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO DE OLIVEIRA** Prefeito de Itinga do Maranhão

ANEXO I A LEI 278/2017 DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR Órgão 02: PODER EXECUTIVO Unidade 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS Ação: Aquisição de Imóvel para Destinação de Resíduos Sólidos Natureza da Despesa: 4.4.90.61.00 Aquisição de Imóveis. Valor Suplementado: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Autor da Publicação: DENISE MAGALHÃES BRIGE

LEI 279/2017 DE 21 DE JUNHO DE 2017

Lei 279/2017 DE 21 DE JUNHO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA MUNICIPAL EM AGROPECUÁRIA. ”FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA, Prefeito de Itinga do Maranhão, sanciono a seguinte Lei: **TÍTULO I DAS COMPETÊNCIAS AUTORIZAÇÃO CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO** Art. 1º - Obedecendo o artigo 205, inciso I, artigo 206, inciso I, artigo 208, inciso IV do artigo 214, parágrafos 1º e 4º do artigo 211, da Constituição Federal com redação dada pelas emendas constitucionais nº 14/96, 53/2006, 59/2009 e inciso I do artigo 19 da lei nº 9394/96 (LDB). **TÍTULO II CAPÍTULO - DA FORMA, GESTÃO, PARCERIA E CADASTRAMENTO** Art. 2º - Fica criado por esta lei a Escola Técnica Municipal em Agropecuária. Com sede no Município de Itinga do Maranhão - Estado do Maranhão e Denominado ESCOLA **TÉCNICA MUNICIPAL EM AGROPECUARIA** ADONIAS PEREIRA DA SILVA, como entidade de natureza autárquica vinculada ao município. Art. 3º - A unidade escolar terá seu funcionamento regular em tempo integral e de semi-internato implementada na pedagogia da alternância. Sob a responsabilidade desse município a partir do ano de 2017. Art. 4º - A instalação da unidade física escolar fica condicionada a elaboração de programa de parcerias pública privada em obediência a Lei Federal pertinente a esta matéria para estabelecer norma de gestão, investimentos, produção e distribuição dos produtos adquiridos e produzidos na área da escola em seu modelo de funcionamento. Art. 5º - O cadastramento dos discentes para participar dos cursos técnicos obedecerá aos seguintes critérios: I - Seleção por avaliação através do currículo escolar. II - Aptidão para o curso em área de sua preferência. III - Compromisso através de contrato de participação efetiva até o final do curso. **Parágrafo único**- A direção da escola compromete-se em fornecer estágio em empresas regionais para prática do aprendizado recebido por prazo acertado bilateralmente. Art. 6º - Serão distribuídos cursos por preferência escolha e aptidão, dentro dos limites ofertados pela escola. Art. 7º - Constará nos PPAs (Planos Plurianuais), LDO (Leis de Diretrizes Orçamentárias), LOAS (Leis Orçamentárias anuais), cronogramas de investimentos e execução de demanda financeira com

códigos e rubricas para custear despesas previstas e despesas fixas, pertinentes a gestão geral desta escola autorizada pelo efetivo cumprimento desta lei. Art. 8º- Fica autorizado por ordem desta lei, o município ou a administração indireta da escola, a conveniar com entes federativos organização não governamentais entidades filantrópicas, empresas, bem como pessoas físicas para angariar fundos financeiros para construções, reformas, aquisição de equipamento bem como: I- Equipamentos, eletroeletrônico, moveis e utensílios domésticos; II- Maquinas agrícolas, com grades e carroças; III- Tratores de esteira de pneus, caminhão; IV- Automóvel e utilitário e ônibus escolar; V- Adubos, fertilizante, defensivos agrícolas. **Parágrafo único**- Conveniar junto aos conselhos de Educação do Município, do Estado e Federal do Ministério da Educação para convalidação dos cursos e diplomas fornecidos por esta instituição de ensino.

Art. 9º- O município manterá mediante contrato e autorizado por esta lei municipal parcerias com isenção ou incentivos fiscais: I - As empresas municipais; II- Empresas regionais; III- Empresas estaduais; IV- Multinacionais; V- Pessoas físicas; VI- ONGS, que se habilitarem em particular em doar investir, colaborar com a fundação, construção, gestão e administração desta escola técnica. Art. 10 - Quadro docente da escola será criado em quantitativo a critério da demanda de ofertas de cursos. Art. 11- A logística de pessoal para segurança, vigilância, serviços gerais, caso o órgão escolar seja conveniado com outro ente federado ficará a cargo da dotação orçamentária do tesouro do município como critério de contrapartida.

Art. 12 - O corpo docente e auxiliares da administração da escola em seus respectivos níveis serão remunerados com recursos do fundo financeiro da escola através das transferências a ela permitida por esta lei e pelas receitas advindas das PPPs se houver. **Parágrafo único** - Caso não tenha em seu caixa financeiro recursos oriundos das receitas preestabelecidas no caput do artigo 12, as despesas gerais provenientes do efetivo funcionamento da escola serão quitadas por transferências dos códigos e rubricas do orçamento geral em vigor. Art. 13- As funções e cargos a ocuparem o quadro geral de servidores da escola como sejam, professores, pessoal do suporte técnicos, coordenadores, supervisores, orientadores, auxiliares, ASGs, estarão tipificados em quantidades e nível. Art. 14 - As funções gratificadas e todos os outros cargos explícitos no anexo 1 desta lei obedeceram aos ditames dos incisos e parágrafos do artigo 169 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda constitucional nº 19/98. Art. 15- A Instituição de ensino técnicos de que trata esta lei e os cursos profissionalizantes serão implantados gradativamente bem como os respectivos cargos e funções de confiança que serão nomeados adnatos de livre nomeação e exoneração, e dependente de instalações adequadas, de recursos financeiros necessário ao funcionamento em atendimento ao crescimento de demandas. Art. 16- Os equipamentos, utensílios domésticos e todos os objetos patrimoniais e de propriedade comprovada da instituição, caso haja dissolução da escola, os bens serão incorporados ao patrimônio municipal. **Parágrafo único** - As questões jurídicas e recursos interposto contra esta entidade serão resolvidas em acordo as normas nacionais vigentes. Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO DE ITINGA DO MARANHÃO, EM 21 DE JUNHO DE 2017. LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA

Prefeito de Itinga do Maranhão

Anexo I ao Projeto de Lei

CARGOS	QUANTIDADE
PROFESSORES NIVEL SUPERIOR	25
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Fundamental)	50
AUXILIAR ADMINISTRATIVO (Médio)	25
AGENTES DE PORTARIA	12

Autor da Publicação: DENISE MAGALHÃES BRIGE

DECRETO Nº.062/2017 DE 10 DE JULHO DE 2017.

Decreto nº.062/2017 de 10 de julho de 2017. Dispõe sobre a instituição e nomeação de Comissão Processante para apurar notícia de abandono de emprego e acúmulo irregular de cargos públicos e desobediência ao artigo 13 da lei 030/2002, imputados à servidores desta municipalidade e dá outras providências. **O Prefeito do Município de ITINGA DO MARANHÃO, LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições legais, visando **apurar notícia de abandono de emprego e acúmulo irregular de cargo público e desobediência ao artigo 13 da Lei Municipal 030/2002 por parte de servidores públicos deste município. R E S O L V E.** **Art. 1º.** Instituir a Comissão Processante para apurar notícia de abandono de emprego e acúmulo irregular de cargo público por parte de alguns servidores desta administração municipal, composta pelos seguintes membros: I - SUELY DANTAS DA SILVA; II - RENILSON ALVES MACHADO; III - RENATA GOMES SILVA MARINHO; **Parágrafo Primeiro.** A presidência dos Trabalhos ficará a cargo do primeiro nomeado, a quem compete nomear o secretário da Comissão. **Parágrafo Segundo.** A Procuradoria Geral do Município prestará a Assessoria e Consultoria Jurídica a esta Comissão Processante. **Art. 2º.** O Presente processo administrativo reger-se-á pela lei municipal 030/2002 e subsidiariamente, pela Lei federal 8.112/90. **Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ter vigência por um prazo de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado por igual período. **GABINETE DO PREFEITO DE ITINGA DO MARANHÃO, EM 10 de julho DE 2017. LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA - PREFEITO DE ITINGA DO MARANHÃO**

Autor da Publicação: DENISE MAGALHÃES BRIGE

LEI Nº 280 DE 17 DE JULHO DE 2017

LEI Nº 280 DE 17 DE JULHO DE 2017

“Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio dos Municípios dos Corredores Multimodais do Maranhão - COMEFC bem como suas alterações. ”O PREFEITO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, remete à apreciação desta Augusta Câmara de Vereadores, o seguinte Projeto de Lei Municipal: **Art. 1º.** Fica ratificado o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios integrantes do Consórcio dos Municípios dos Corredores Multimodais do Maranhão - COMEFC, bem como suas alterações, visando a adequação às disposições legais, e a melhora da administração e gerenciamento das atividades do consórcio público referido, nos termos da previsão do artigo 241 da Constituição Federal, e da Lei Federal nº. 11.107/05, regulada pelo Decreto Federal nº. 6.017/07.**Parágrafo único.** A ratificação de que trata esse artigo é sem reservas, nos termos do Anexo que faz parte integrante desta Lei. **Art. 2º.** Serão dispensadas ratificações subsequentes de futuras alterações do protocolo de intenções, desde que ocorra na forma autorizada no § 4º, do art. 5º, da Lei Federal nº. 11.107/05.**Art. 3º.** Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas

as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, aos 17 do mês de julho de 2017.**LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO DE OLIVEIRA** Prefeito de Itinga do Maranhão

PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DOS CORREDORES MULTIMODAIS DO MARANHÃO - COMEFC P R E Â M B U L O A Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, conhecida como a Lei dos Consórcios Públicos, permite a criação de uma entidade de cooperação, capaz de prestar serviços nas diferentes áreas da gestão municipal, somando-se aos já oferecidos, regularmente, por cada um dos Municípios que, eventualmente, possam integrar a supracitada entidade. Amparados na referenciada Lei, portanto, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, os municípios que ora integram o CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DA ESTRADA DE FERRO CARAJAS - COMEFC, contam com um ambiente normativo favorável para a cooperação entre si, de modo a utilizar com segurança não só os institutos previstos no artigo 241 da Constituição Federal, como todos os demais que tratam das competências municipais, com vistas a estabelecerem uma comunhão de gestão integrada e associada, no objetivo de facilitar, principalmente, a realização de grandes empreendimentos, os quais, eventualmente, poderiam estar fora do alcance de cada um, isoladamente. Em vista de todo o exposto, OS MUNICÍPIOS MARANHENSES QUE SÃO TRANSPASSADOS PELA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS, a saber: Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Anajatuba, Arari, Bacabeira, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Igarapé do Meio, Itapecuru Mirim, Itinga do Maranhão, Miranda do Norte, Monção, Pindaré-Mirim, Santa Inês, Santa Rita, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Tufilândia, Vila Nova dos Martírios, Vitória do Mearim, São Luís por reconhecerem a importância e a necessidade de promover a ampliação da área de abrangência bem como modificar a denominação do Consórcio e ajustar outras cláusulas deste contrato, e: **CONSIDERANDO** os termos do artigo 241, da Constituição Federal, assim definido: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos” **CONSIDERANDO** a regulamentação do dispositivo por meio da Lei Federal nº 11.107/2005, que “dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências”; **CONSIDERANDO** as competências municipais para realizar ações e serviços objetivando o melhor atendimento na circunscrição de seu município; **CONSIDERANDO** A necessidade de modificações em suas cláusulas para fins de uma melhor administração e gerenciamento das atividades pertinentes para atendimento a previsão do artigo 241 da Constituição Federal, e da Lei Federal nº. 11.107/05 devidamente regulada pelo Decreto Federal nº. 6.017/07; **CONSIDERANDO** a decisão política adotada com o propósito de efetivar os interesses comuns por meio de consórcio público em outras regiões do Estado; **CONSIDERANDO** a necessidade de adequar o Protocolo de Intenções firmado em 20/03/2013 aos requisitos da Lei Federal nº 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, a fim de que seja possível o atendimento a outros municípios que possuem outros sistemas de transporte integrado que venham subscrever o presente Protocolo de Intenções do COMEFC; **RESOLVEM OS SUBSCRITORES REVISAR E ALTERAR OS TERMOS DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO**

EM 20 DE MARÇO DE 2013, CONVALIDANDO OS ATOS ATÉ ENTÃO PRATICADOS, MEDIANTE A SUBSCRIÇÃO DO PRESENTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES SUBSTITUTIVO, FIRMANDO-O MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO CONSÓRCIO CLÁUSULA PRIMEIRA - DA SUBSCRIÇÃO

Subscvem atualmente o presente Protocolo de Intenções os seguintes Municípios:1) AÇAILÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 07.000.268/0001-72, com sede na Av. Santa Luzia, s/n km 2, Parque das Nações - Açailândia - MA - CEP: 65930-000, neste ato representado por sua Prefeito, a Sr. JUSCELINO OLIVEIRA E SILVA, brasileiro, casado, portadora da cédula de identidade RG nº 294431942 SSP/MA, inscrita no CPF/MF sob nº 872.642.008-25;2) ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.832/0001-21, com sede na Av. João XXIII, s/n, Centro - Alto Alegre do Pindaré - MA - CEP: 65300-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. FRANCISCO DANTAS RIBEIRO FILHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 244202 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 125.761.313-87;3) ANAJATUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 06.002.372/0001-33, com sede na Rua Nina Rodrigues, s/n, Centro - Anajatuba - MA - CEP: 65490-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. SYDNEI COSTA PEREIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 222667420027 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 932.634.303-00;4) ARARI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 06.242.846/0001-14, com sede na Praça Lélis Santos, s/n, Centro - Arari - MA, CEP: 65480-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. DJALMA DE MELO MACHADO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 044452382012-3 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 149.051.403-15;5) BACABEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.668/0001-52, com sede na Rua José Silva Calvet, s/n, Centro, Bacabeira/MA, CEP: 65103-000, representado por sua Prefeita constitucional, o Sra. CARLA FERNANDA DO REGO GONÇALO, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 000038928995-7 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 907.882.063-20;6) BOM JARDIM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 06.229.975/0001-72, com sede na Avenida José Pedro, 1800, Centro - Bom Jardim - MA, CEP: 65380-000, neste ato representado por sua Prefeita, a Sr. FRANCISCO ALVES DE ARAUJO, brasileiro, casado, portadora da cédula de identidade RG nº 000046706395-8, emitida pela SSP/MA, inscrita no CPF/MF sob nº 253.892.623-87;7) BOM JESUS DAS SELVAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.668/0001-52, com sede na Rua Icatu, s/n, Centro - Bom Jesus das Selvas - MA, CEP: 65395-000, neste ato representado por sua Prefeita, a Sr. LUIS FERNANDO LOPES COELHO, brasileiro, casado, portadora da cédula de identidade RG nº 0000085427993-4 SSP/MA, inscrita no CPF/MF sob nº 700.783.043-87;8) BURITICUPU, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.525/0001-40, com sede na Rua São Raimundo nº 01 - Centro -Buriticupu - MA, CEP: 65393-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. JOSÉ GOMES RODRIGUES, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 00082945097-1 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 291.463.483-87;9) CIDELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.610.134/0001-97, com sede na Av. Senador La Roque, s/n, Centro, Cidelândia - MA, CEP: 65921-000, neste ato representado por seu Prefeito constitucional, o Sr. FERNANDO AUGUSTO COELHO TEIXEIRA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 0190668120019 SESP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 033.642.983-51;10) IGARAPÉ DO MEIO, pessoa jurídica de direito

público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.346/0001-03, com sede na Av. Nagib Haickel, 1219, Centro, Igarapé do Meio - MA, CEP: 65345-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. JOSÉ ALMEIDA DE SOUSA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 03320866207-6 SSP/PI, inscrito no CPF/MF sob nº 497.462.273-00;11) ITAPECURU MIRIM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 05.648.696/0001-80, com sede na Praça Gomes de Sousa s/n, Centro, Itapecuru Mirim - MA, CEP: 65485-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. MIGUEL LAUAND FONSECA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 056455922015-9, inscrito no CPF/MF sob nº 054.621.183-68;12) ITINGA DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.614.537/0001-04, com sede na Rua Sen. José Sarney, nº 41, Centro, Itinga do Maranhão - MA, CEP: 65939-000, neste ato representado por sua Prefeita, a Sr. LUCIO FLAVIO ARAUJO OLIVEIRA, brasileiro, casado, portadora da cédula de identidade RG nº 000006208493-3 SSP/MA, inscrita no CPF/MF sob nº 781.431.103-97;13) MIRANDA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 12.553.806/0001-96, com sede na Avenida do Comércio 183, Centro - Miranda do Norte, CEP: 65350-000, neste ato representado por seu Prefeito constitucional, a Sr. CARLOS EDUARDO FONSECA BELFORT, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 024829512003-0 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 026.559.333-62;14) MONÇÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 06.190.243/0001-16, com sede na Praça Presidente Kennedy, s/nº, Centro, Monção - MA, CEP: 65360-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sra. KLAUTENIS DELINE OLIVEIRA NUSSRALA, brasileira, união estável, portador da cédula de identidade RG nº 000355289954 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 703.566.103-49;15) PINDARÉ-MIRIM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 06.189.344/0001-77, com sede na Rua Avenida Elias Haickel, 11, Centro, Pindaré-Mirim - MA, CEP: 65370-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. HENRIQUE CALDEIRA SALGADO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 4024 OAB/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 067.329.413-72;16) SANTA INÊS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 06.198.949/0001-24, com sede na Av. Luis Muniz, 1005 Centro, Santa Inês - MA, CEP: 65300-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sra. MARIA VIANEY PINHEIRO BRINGEL, brasileira, casada, portador da cédula de identidade RG nº 000110840799-1 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob nº 126.821.283-00;17) SÃO FRANCISCO DO BREJÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.616.680/0001-35, com sede na Av. Padre Cícero, 172, Centro, São Francisco do Brejão - MA, CEP: 65929-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. ADÃO DE SOUSA CARNEIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 15765002000-6 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 207.353.403-15;18) SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.613.956/0001-21, com sede na Rua Mario Andreazza 724, Centro - São Pedro da Água Branca - MA, CEP: 65920-000, neste ato representado por seu Prefeito constitucional, o Sr. GILSIMAR FERREIRA PEREIRA, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade RG Nº 060712412016-0 SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob Nº 402.821.473-49;19) TUFILÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.612.631/0001-24, com sede na Rua do Comércio 191, Centro, Tufilândia - MA, CEP: 65378-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. VILDIRMAR ALVES RICARDO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 000084429497-7 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 646.040.983-87;20) VILA NOVA DOS MARTÍRIOS, pessoa

jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 01.608.475/0001-28, com sede na Avenida Rio Branco s/n, Centro, Vila Nova dos Martírios – MA, CEP: 65924-000, neste ato representado por sua Prefeita, a Sra. KARLA BATISTA CABRAL SOUZA, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 059216142016-0 SSP/MA, inscrita no CPF/MF sob nº 621.715.423-49; 21) VITÓRIA DO MEARIM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 05.646.807/0001-10, com sede na Av. Carlos Raimundo Figueiredo, nº 10, Manijituba, Vitória do Mearim – MA, CEP: 65350-000, neste ato representado por seu Prefeito, a Sra. DIDIMA MARIA CORREA COELHO, brasileira, casada, portador da cédula de identidade RG nº 326485 SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 178.111.553-20; 22) SÃO LUÍS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 06.307.102/0001-30, com sede na Av. Pedro II, s/nº - Palácio de La Ravardiére, Centro, São Luís – MA, CEP: 65010-904, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. EDIVALDO DE HOLANDA BRAGA JÚNIOR, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 58589696-8, emitida pela SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 407.564.593-20; 23) SANTA RITA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 63.441.836/0001-41, com sede na praça Dr. Carlos Macieira, s/n, Centro, Santa Rita – MA, CEP: 65145-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. HILTON GONÇALO DE SOUSA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 797307, emitida pela SSP/MA, inscrito no CPF/MF sob nº 407.202.683-20; 24) CAMPESTRE DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 01.598.550/0001-17, com sede à Avenida Justino Teixeira de Miranda, 65 – Centro, Campestre do Maranhão, CEP: 65.968-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. VALMIR DE MORAIS LIMA, brasileiro, solteiro, economista, RG nº. 937.172 SSP/TO e CPF nº. 025.041.681-60; 25) CENTRO NOVO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 01.612.323/0001-07, com sede à Rua Juscelino Kubstchek, s/n – Centro, Centro Novo do Maranhão, CEP: 65299-000, neste ato representado por sua Prefeita, a Sra. MARIA TEIXEIRA SILVA DA SILVA, brasileira, casada, servidora pública municipal, RG nº. 019112262001-4 SSP/MA e CPF nº. 841.173.033-68; 26) DAVINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 01.616.269/0001-60, com sede à Rua Adália, s/nº. – Centro, CEP: 65.927-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. IVANILDO PAIVA BARBOSA, brasileiro, comerciante, RG nº. 043377552011-5 SSP/MA e CPF nº. 252.222.953-20; 27) ESTREITO, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 07.070.873/0001-10, com sede à Avenida Chico Brito, 902 – Centro, CEP: 65.975-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. CÍCERO NECO MORAIS, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 17912652001-8 SSP/MA, CPF nº. 403.047.873-53; 28) GOVERNADOR EDSON LOBÃO, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 01.597.627/0001-34, com sede a Rua Urbano Rocha, 150. – Centro, CEP: 65.928-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. GERALDO EVANDRO BRAGA DE SOUSA, brasileiro, casado, corretor de imóveis, RG nº. 364432 SSP/MA, CPF nº. 278.477.603-78; 29) IMPERATRIZ, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 06.158.455/0001-16, com sede à Rua Rui Barbosa, 201 – Centro, Imperatriz – MA, CEP: 65903-270, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE RAMOS, brasileiro, casado, RG nº. 1549728 SSP/PI, CPF nº. 760.792.873-15 30) JOÃO LISBOA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 07.000.300/0001-10, com sede à Avenida Imperatriz, 1331 – centro, CEP: 65.922-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. JAIRO MADEIRA DE COIMBRA, brasileiro, casado, professor, RG nº. 01957022002-0 SSP/MA, CPF nº. 243.189.733-87; 31)

PORTO FRANCO, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 06.208.946/0001-24, com sede à Praça Bandeira, 10, Centro, Porto Franco, CEP: 65.970-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. NELSON HORACIO MACEDO FONSECA, brasileiro, casado, Médico, RG nº. 10386920 SSP/MA SSP/MA, CPF nº. 618.685.073-00. 32) RIBAMAR FIQUENE, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 01.598.547/0001-01, com sede à Rua Principal, 259, Centro, – Ribamar Fiquene, CEP: 655.938-000, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. EDILOMAR NERY DE MIRANDA, brasileiro, casado, empresário, RG nº 93808698-7, CPF nº 345.317.423-20. 33) SENADOR LA ROCQUE, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº. 01.598.970/0001-01, com sede a Rua Bom Jardim, 269, Centro – Senador La Rocque – MA, CEP: 65.935-000, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. DARIONILDO DA SILVA SAMPAIO, brasileiro, casado, contador, RG nº 2457122203-9 SSP/MA, CPF nº. 436.126.013-34. 34) ROSÁRIO, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 41.479.569/0001-69, com sede a Rua Urbano Santos, 970 – Centro, Rosário – MA, CEP: 65150-000, neste ato representado por sua prefeita, a Sra. IRLAHI LINHARES MORAES, brasileiro, casada, administradora, RG nº 04244747201-10 SSP/MA, CPF nº. 175.859.373-34. 35) CANTANHEDE, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 41.479.569/0001-69, com sede a Praça Paulo Rodrigues, s/n – Centro, Cantanhede – MA, CEP: 65465-000, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. MARCO ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA, brasileiro, divorciado, RG nº 033595232007-9 SSP/MA, CPF nº. 767.176.743-34. 36) PIRAPEMAS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 07.623.366/0001-66, com sede na Avenida Antônio Ribeiro, s/n, Pirapemas – MA, CEP nº .65460-000, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. IOMAR SALVADOR MELO MARTINS, brasileiro, casado, RG nº 88752798-1/SSP-MA, CPF nº. 104.466.993-49. 37) COROATÁ, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 06.331.110/0001-12, com sede na Rua Senador Leite, 827, Coroatá – MA, CEP: 65415-000, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. LUIS MENDES FERREIRA FILHO, brasileiro, solteiro, RG nº 022208102002-1 SSP/MA, CPF nº. 613.631.993-40. 38) TIMBIRAS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 06.424.618/0001-65, com sede na Rua José Antônio Francis, Timbiras – MA, CEP: 65420-000, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. ANTONIO BORBA LIMA, brasileiro, casado, médico RG nº 060323832016-4 SSP/MA, CPF nº. 238.000.973-20. 38) CODÓ, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 06.104.863/0001-95, com sede na Praça Ferreira Bayma, 538 – Centro, Codó – MA, CEP: 65400-000, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. FRANCISCO NAGIB BUZAR DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, administrador, RG nº 36544295-0 SSP/MA, CPF nº. 618.127.303-49. 38) ALDEIAS ALTAS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 06.096.853/0001-55, com sede na Avenida João Machado a Rosa, 151 – Centro – Aldeias Altas, MA, CEP: 65610-000, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. JOSÉ REIS NETO, brasileiro, casado, empresário, RG nº 048084102013-5 SSP/MA, CPF nº. 262.442.095-91. 39) CAIXIAS, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 06.082.820/0001-56, com sede na Praça Dias Carneiro, 600, Centro, Caxias – MA, CEP: 65.604-090, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. FABIO JOSE GENTIL PEREIRA ROSA, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG nº 897002 SSP/PI, CPF nº. 324.989.503-20. 40) TIMON, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 06.115.307/0001-14, com sede na Praça São José, s/n, Timon – MA, CEP: 65.630-000, neste ato representado por seu prefeito, o Sr. LUCIANO FERREIRA SOUSA, brasileiro, casado, prefeito, RG nº 1869563 SSP/PI, CPF nº. 852.947.803-72. **CAPÍTULO II DA DENOMINAÇÃO,**

PRAZO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E OBJETIVOS. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA O presente Protocolo de Intenções, de acordo com as disposições contidas na Lei Federal nº. 11.107/2005 e do Decreto Federal nº 6.017/2007, trata da constituição do **CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DOS CORREDORES MULTIMODAIS DO MARANHÃO - COMEFC**, denominado daqui por diante simplesmente COMEFC. § 1º. O COMEFC constituirá entidade com personalidade jurídica de direito público sem fins econômicos e observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, por força do § 2º do art. 6º da Lei Federal nº 11.107/2005.

§ 2º. O Contrato de Consórcio adquirirá força de Lei, mediante a ratificação por, pelo menos, 10 (dez) Municípios subscritores deste Protocolo de Intenções. § 3º. O COMEFC adquirirá personalidade jurídica, mediante o atendimento dos requisitos da lei, feita a respectiva inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; § 4º. Como forma de garantir simultaneidade, recomenda-se que as leis de ratificação prevejam a sua entrada em vigor até o dia 1º de janeiro de 2018. § 5º. Serão dispensadas ratificações subsequentes de futuras alterações do presente protocolo, desde que os Municípios ressalvem expressamente essa possibilidade na lei de ratificação do presente protocolo de intenções. **CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE DURAÇÃO** O COMEFC terá vigência por prazo indeterminado. **CLÁUSULA QUINTA - DA SEDE E ÁREA DE ATUAÇÃO** A sede do COMEFC será no Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, e sua área de atuação corresponderá à totalidade da área geográfica dos Municípios que o integrarem, na forma deste Protocolo de Intenções e de seu Estatuto Social, podendo abrir escritórios em qualquer dos entes consorciados, de acordo com a necessidade. **CLÁUSULA SEXTA - DOS OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS** São objetivos do COMEFC os gerais e específicos, a saber: § 1º **Objetivos Gerais:** I - Representar o conjunto dos entes que o integram, em matéria de interesses comuns, perante quaisquer outras entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais, mediante decisão da Assembleia Geral II - Fortalecer e institucionalizar as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil, articulando parcerias, convênios, licitações, contratos e outros instrumentos congêneres ou similares, facilitando o financiamento e gestão associada ou compartilhada dos serviços públicos; III - Manter atividades permanentes de captação e gestão de recursos para financiamento de projetos prioritários estabelecidos pelo planejamento; IV - Planejar, adotar e executar, sempre que cabível, em cooperação técnica e financeira com os Governos da União e do Estado, além dos entes da administração indireta e entidades do terceiro setor, projetos, obras e outras ações destinadas a promover, melhorar e controlar, prioritariamente, as ações relativas às suas finalidades específicas; V - Exercer competências pertencentes aos entes consorciados, nos termos das autorizações e delegações conferidas pela Assembleia Geral.

VI - Promover formas articuladas de planejamento ou desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram, na área compreendida no território dos Municípios consorciados, entre outras; § 2º **Objetivos específicos:** I - Defender os interesses dos entes consorciados junto à Vale S.A, VLI - Valor da Logística Integrada, Ferrovia Transnordestina., Ferrovia Norte Sul., suas terceirizadas, controladas ou contratadas, em juízo ou fora dele, bem como formular

sugestões para a instituição de uma rotina administrativa visando atingir essa finalidade; II - Executar a regulação e fiscalização das atividades e serviços executados ao longo da EFC, bem como em sua área de abrangência, pela Vale S.A, VLI, Ferrovia Transnordestina, Ferrovia Norte Sul, ou por suas terceirizadas ou contratadas, desde que a regulação e fiscalização seja de atribuição municipal, e dentro do limite territorial de atuação do Consórcio; III - Promover o recálculo e a cobrança, judicial ou administrativa, de todos os tributos, incluindo obrigações acessórias, de competência dos municípios consorciados;

IV. Promover o recálculo e a cobrança, judicial ou administrativa, do passivo socioeconômico e ambiental não repassado pela Vale S.A, VLI e Ferrovia Transnordestina aos municípios consorciados; V- Formular sugestões para a instituição de rotina administrativa que vise a cobrança de tributos e acessórios, bem como, as compensações ambientais devidas aos municípios consorciados, de forma que o processo seja auditado e referendado por representante legal do município; VI - Participar da Câmara Estadual de Compensação Ambiental - CECA - ou Órgão com atribuição equivalente, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA; VII - Reportar aos entes consorciados das infrações às legislações ambientais, penais e fiscais, identificadas através da atividade de fiscalização do COMEFC, e subsidiar os entes consorciados com as informações obtidas da atividade fiscalizatória, para aplicação de multa ou penalidade prevista em lei; VIII - Promover o levantamento e divulgação dos impactos econômicos e socioambientais, bem como os impactos diretos e indiretos nocivos à saúde e à vida da população, na área de atuação do COMEFC, causados pela Vale S.A, VLI, FNS e Transnordestina, suas terceirizadas ou contratadas, oriundos de suas atividades diretas ou indiretas;

IX - Acompanhar o processo de duplicação e ou ampliação das malhas férreas EFC, FNS e Ferrovia Transnordestina, para arregimentar, sistematizar e disponibilizar informações referentes a estas intervenções, com o fim de evitar impactos socioambientais nocivos à vida e à saúde da população, e ao meio ambiente; X - Promover estudos e levantamentos das áreas onde o traslado de pessoas e animais, e o trânsito de veículos são direta ou indiretamente impactados pela EFC, FNS e Ferrovia Transnordestina, e intermediar junto às empresas que detêm concessão dessas malhas ferroviárias (EFC, FNS e TRANSNORDESTINA), por meio de instrumento público idôneo, a construção de passagens de nível, passarelas ou viadutos, nas áreas identificadas e determinadas pelo COMEFC, após consulta prévia aos entes consorciados; XI - Fazer o levantamento e divulgação dos Índices de Desenvolvimento dos Municípios e do Índice de Desenvolvimento Humano, na área de influência da EFC, FNS e TRANSNORDESTINA, e buscar junto à Vale S.A, VLI e Transnordestina as compensações socioambientais devidas aos entes consorciados, por força da Lei; XII - Instituir políticas públicas de combate à prostituição infantil, ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, ao consumo de substâncias entorpecentes, à pobreza e à marginalização das populações residentes ao longo da EFC, FNS e TRANSNORDESTINA e em sua área de abrangência, na área de atuação do COMEFC; XIII - Promover estudos, levantamentos e divulgação dos danos materiais causados, às populações residentes na área de abrangência da EFC, FNS e TRANSNORDESTINA, pela vibração ocasionada pela passagem dos trens destas malhas férreas; XIV - Promover audiências públicas com as comunidades atingidas pelas malhas férreas da EFC, FNS e TRANSNORDESTINA, em parceria com os entes consorciados, bem como com as comunidades indígenas e quilombolas direta e

indiretamente afetadas pelo Projeto; XV – Realizar vistoria *in loco* nas áreas destinadas à duplicação e ou ampliação da EFC, FNS e TRANSNORDESTINA, a fim de averiguar a realidade concreta das áreas impactadas pelo empreendimento, cujos resultados deverão ser apresentados, em forma de relatório, a cada ente consorciado; XVI – Promover a implantação de um Fundo de Desenvolvimento Municipal, que pode ser administrado pelo COMEFC, em conjunto com os entes consorciados, cuja regulamentação se dará por decisão da Assembleia Geral, e que será mantido com recursos oriundos de multas ou tarifas arrecadadas pelo COMEFC, bem como de convênios firmados com Órgãos do Governo Estadual e/ou Federal, ou de contratos/ajustes administrativos firmados com instituições privadas; XVII – Promover a criação de Fundo de Apoio Técnico (FAT) destinado exclusivamente a fomentar a consultoria e elaboração dos projetos criados sob a responsabilidade do Consórcio, em sua típica atividade de planejamento, fiscalização e gerenciamento dos serviços a serem prestados em gestão associada e no exercício dos encargos a serem transferidos pelos entes consorciados, ressalvados os casos em que o consórcio seja o prestador direto do serviço; XVIII – Instituir políticas públicas de preservação do patrimônio cultural dos diferentes grupos das populações atingidas pela EFC – Estrada de Ferro Carajás, FNS – Ferrovia Norte-Sul e TRANSNORDESTINA, nos termos do art. 216, da Constituição Federal de 1988, bem como pleitear a reparação, judicial ou extrajudicial, a danos causados, direta ou indiretamente por estas malhas férreas e por sua duplicação ou ampliação, ao patrimônio cultural mencionado; XIX – Promover a assistência jurídica aos municípios consorciados na área de gestão pública, inclusive através de licitação compartilhada, com foco nas áreas de interesse da Fazenda Pública Municipal, contenciosa e administrativa, em conformidade com a legislação vigente; XX – Promover em nome dos municípios consorciados, a implementação de programas para a imediata aplicação de recursos do Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização – FDR, perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou de quaisquer entidades de governo; XXI – Participar como representante dos consorciados, de todos os debates e decisões, compondo comissões e apresentando pleitos pertinentes a todo o processo que envolva a captação, a execução e o controle dos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização – FRD; XXII – Habilitar-se como entidade de personalidade jurídica de direito público, em qualquer chamada pública que objetive o gerenciamento ou a intermediação da aplicação de recursos de interesse dos entes consorciados; XXIII – Promover o gerenciamento, capacitação, atualização e treinamento profissional e de recursos humanos; XXIV – Promover organização e execução de eventos e atividades conexas, para suporte de cursos de capacitação e treinamento, ou seminários, feiras, exposições, congressos e congêneres;

XXV – Promover e executar através de projetos a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional, inclusive otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; XXVI – Promover a realização de eventos ou ações educacionais, para adultos, jovens ou crianças, inclusive na área rural; XXVII – Elaborar, acompanhar, divulgar e executar programas, projetos de pesquisas e estudos científicos e tecnológicos; XXVIII – Promover o desenvolvimento e execução de atividades de modernização, gestão e tecnologia da informação, notadamente em infraestrutura de redes e manutenção de equipamentos; XXIX – Promover o desenvolvimento e execução de estudos, projetos e

pesquisas sobre os recursos naturais e seu manejo adequado, além de ações visando garantir a sobrevivência das espécies raras, endêmicas, em perigo ou ameaçadas de extinção, da flora e da fauna silvestre;

XXX – Implementar a criação e realização de estudos e relatórios de impacto ambiental decorrente das atividades antrópicas, de modo a prevenir a degradação ambiental em todas as suas manifestações; XXXI – Promover a elaboração e execução de projetos de preservação, defesa e conservação dos recursos hídricos; XXXII – Efetuar o desenvolvimento e gestão de programas e projetos de impacto ambiental, mudanças climáticas, conservação, prevenção e recuperação ambiental e uso racional e sustentável dos recursos naturais; XXXIII – Promover a elaboração, acompanhamento e execução de projetos, programas de reciclagem e/ou beneficiamento de resíduos; XXXIV – Implantar ações em comunidades quilombolas, indígenas e outras etnias, inclusive com aquisição e entrega de equipamentos para o desenvolvimento; XXXV – Fomentar, orientar e apoiar a prática e difusão de recreação, lazer e iniciação esportiva em favor das crianças e adolescentes, sobretudo de comunidades carentes, visando seu desenvolvimento psico- motor e sua integração social, através de elaboração e execução de projetos e programas, atividades e eventos esportivos; XXXVI – Propiciar a iniciação, formação, treinamento e aperfeiçoamento nas várias modalidades esportivas; XXXVII – Promover a integração de todas as modalidades esportivas nos jogos abertos, locais, regionais e da juventude, entre outras competições em níveis nacionais e internacionais; XXXVIII – Propor ações com vista à identificação dos problemas de trabalho e renda; XXXIX – Criar e executar projetos e programas de desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; XL – Realizar pesquisas de dados e informações estatísticas para a identificação de oportunidades de empregos, verificar e avaliar os níveis de desemprego e fornecer informações para os programas e projetos de desenvolvimento econômico e social; XLI – Fomentar estudos sobre convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT, assim como outras questões nacionais sobre as relações de trabalho e geração de renda; XLII – Elaborar e executar projetos de infraestrutura referente à melhoria de malhas viárias urbanas e rurais, inclusive acessos e estradas vicinais; XLIII – Elaborar e executar projetos de infraestrutura referente à construção e implantação de poços artesianos, cisternas, açudes e kit de banheiro sanitário e outras melhorias na área de construção civil e rural; XLIV – Desenvolver e executar projetos e programas de assistência à agricultura familiar e técnica e extensão rural; XLV – Implementar ações, mediante programas, estudos e projetos, para o desenvolvimento da agricultura familiar, apicultura, ovinocaprinocultura, ovinocultura, avicultura de corte, hortifrutigranjeiros, criação de galinhas caipira, suinocultura, aquinocultura, aquacultura e hortomedicinal;

XLVI – Desenvolver mutirão habitacional e autogestão com assessoria técnica; XLVII – Promover a participação da comunidade e/ou da iniciativa privada na elaboração e implantação de empreendimentos habitacionais; XLVIII – Estimular e adotar novas tecnologias, buscando habitações mais econômicas e de mais rápida execução; XLIX – Acompanhar os programas habitacionais dos governos federal e estadual, e captar recursos para a construção e reformas de moradias; L – Desenvolver, projetar, participar e executar total ou parcialmente, com ou sem parceria, as atividades necessárias à implantação de loteamentos populares, conjuntos habitacionais de interesse social às famílias que, comprovadamente, disponham de

renda mensal igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos inicialmente e preferencialmente, podendo chegar ao teto de 10 (dez) salários mínimos;LI - Oferecer bolsas e criar prêmios ou concursos e outras ações de estímulo relacionadas com seus campos de atuação, de acordo com a disponibilidade de seus recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRERROGATIVAS DO CONSÓRCIO PARA CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

Para o efetivo cumprimento dos objetivos previstos na Cláusula Sétima, o COMEFC poderá:I - firmar convênios/ajustes/termos de cooperação, contratos, realizar licitações, receber auxílio, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de entidades internas ou externas, bem como de Órgãos do Governo Estadual e Federal;II - requisitar dos Municípios consorciados, que instituem servidões ou promovam a desapropriação de bens em favor do COMEFC, havendo expressa declaração de utilidade ou de necessidade pública emanada do Município em que o bem ou direito se situe, desde que indispensáveis à consecução de seus objetivos;III - ser dispensado de licitação, quando contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, na forma da legislação de regência;IV - deflagrar processos licitatórios visando a maior economicidade, para proceder às contratações necessárias a atingir os objetivos do Consórcio ou dos próprios consorciados;V - emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado;VI - promover cobrança judicial ou extrajudicial de qualquer dos passivos a que se refere os objetivos deste protocolo.VII - representar os entes consorciados junto à direção das empresas envolvidas, controladas, terceirizadas ou contratadas, desde que para persecução dos objetivos deste protocolo.

CAPÍTULO III DA GESTÃO ASSOCIADA CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Os Municípios consorciados poderão autorizar a gestão associada mediante especificação contida em projetos ou programas específicos que constituam objetivos do COMEFC. § 1º A gestão associada autorizada no *caput* refere-se ao planejamento, à regulação e à fiscalização e, nos termos de contrato de programa, à própria prestação do serviço. § 2º Fica facultado aos Municípios consorciados autorizarem, mediante lei, que o COMEFC exerça a gestão associada de outros serviços públicos não previstos no presente Protocolo. § 3º Com vistas à gestão associada autorizada, em se tratando de assuntos de interesse comum, o COMEFC poderá representar seus integrantes perante outras esferas de governo, desde que, para tanto, esteja expressamente autorizado por Assembleia Geral.

CLÁUSULA NONA - DAS COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS QUE PODERÃO SER TRANSFERIDAS PARA O COMEFC

Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados poderão transferir ao COMEFC o exercício das competências de planejamento, da regulação e da fiscalização dos serviços públicos contidos nos objetivos do COMEFC, os quais, pela própria natureza, requeiram planejamento, regulação e fiscalização centralizados.

Parágrafo único. Ficará o COMEFC autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, regulação e fiscalização do serviço público não previsto no presente Protocolo, por meio de termo aditivo, ratificado por, pelo menos, 10 (dez) Municípios subscritores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. Ao COMEFC fica proibido outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, total ou parcial, para terceiros, quando não previstos no presente protocolo de intenções e no

Estatuto.

Parágrafo único. Ficará o COMEFC autorizado a celebrar convênio ou contrato com empresas ou organizações de interesse público especializadas para auxiliar nas atividades de administração, planejamento e execução da gestão do COMEFC, respeitadas as limitações do *caput* desta cláusula, bem como as regras específicas para licitação a que se referem às legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DEVER DE PLANEJAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Em relação aos seus respectivos serviços, é dever do COMEFC e dos entes consorciados, elaborarem e implementarem o planejamento estratégico e de curto prazo das atividades socioeconômicas a serem desenvolvida. § 1º O planejamento deverá ser elaborado tendo horizonte mínimo de 04 (quatro) anos. § 2º O planejamento deverá ser compatível com:I - o planejamento orçamentário municipal dos entes consorciados;II - a legislação que rege a Administração Pública;III - a legislação em geral, relacionada com finanças públicas. § 3º As metas fixadas pelo planejamento possuem caráter indicativo para os planos plurianuais, os orçamentos anuais e a realização de operação de crédito pelo COMEFC ou por Município consorciado. § 4º O COMEFC elaborará o planejamento regional e os Municípios consorciados os seus respectivos planejamentos municipais, no que diz respeito aos objetivos estabelecidos no presente protocolo. § 5º É vedado o investimento em outros serviços públicos que não estejam integrados e não previstos no planejamento do COMEFC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTRATO DE PROGRAMA

Ao COMEFC somente é permitido firmar contrato de programa para prestação de serviço por meios próprios, nos termos de contrato de programa específico que vier a celebrar com município consorciado. § 1º É nula a cláusula de contrato de programa que atribuir ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestado. § 2º O disposto no *caput* desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo COMEFC, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, pessoal ou de bens necessários à continuidade do serviço transferido. § 3º São cláusulas necessárias ao contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público as que estabeleçam:I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada do serviço público, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade do serviço;II - o modo, forma e condições da prestação do serviço;III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;IV - o cálculo de tarifas ou do preço público, na conformidade da regulação do serviço a ser prestado; V - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço, em relação a cada um de seus titulares;VI - os direitos, garantias e obrigações do titular e do COMEFC, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações; VII - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização do serviço;VIII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;IX - as penalidades e sua forma de aplicação;X - os casos de extinção ou rescisão contratual;XI - os bens reversíveis;XII - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao COMEFC relativas aos investimentos que não foram amortizados pelas respectivas tarifas ou receitas emergentes da prestação do serviço;XIII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do COMEFC ao titular do serviço;XIV - a periodicidade em que o COMEFC

deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;XV – o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.§ 4º Nos casos em que a prestação de serviço for operada por transferência total ou parcial de encargos, pessoal ou bens essenciais à continuidade do serviço, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:I – os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;II – as penalidades, no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;III – o momento de transferência e os deveres relativos à sua continuidade;IV – a indicação de quem arcará com o ônus e o passivo do pessoal transferido;V – a identificação dos bens que terão, apenas, a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;VI – o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes pela prestação do serviço.§ 5º Os bens vinculados ao serviço público serão de propriedade da administração direta do Município contratante sendo onerados por direitos de exploração, que serão exercidos pelo COMEFC durante o período de vigência do contrato de programa.§ 6º Nas operações de crédito contratadas pelo COMEFC para investimentos na realização do serviço público, objeto do COMEFC ou de Contrato de Programa, deverá ser indicado o quanto corresponde ao serviço de cada titular, para fins de contabilização e controle.§ 7º Receitas futuras da prestação de serviço poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.§ 8º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo COMEFC, por razões de economia de escala ou de escopo.§ 9º Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos na legislação de regência.**CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO COMEFC CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ESTATUTO** O COMEFC será organizado mediante estatuto social, cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender às cláusulas do Protocolo de Intenções e do ordenamento jurídico de regência.§ 1º O estatuto será elaborado, aprovado e, quando necessário, modificado em Assembleia Geral, devidamente convocada para este fim, em consonância com o Protocolo de Intenções e com a legislação civil.§ 2º O estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, procedimento administrativo e outros temas referentes ao funcionamento e organização do COMEFC **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ÓRGÃOS** O COMEFC é composto dos seguintes órgãos:I – Assembleia Geral; II – Conselho Deliberativo;III – Diretoria-Executiva;IV – Conselho Fiscal;V – Câmaras Setoriais;VI – Diretoria Administrativa

CAPÍTULO V DA ASSEMBLEIA GERALCLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO A Assembleia Geral, instância máxima do COMEFC, é órgão colegiado composto pelos Prefeitos de todos os Municípios consorciados.§ 1º. Os vices-prefeitos e os membros do Conselho Fiscal poderão participar das reuniões da Assembleia Geral, no entanto, somente com direito a voz.§ 2º. Na ausência do Prefeito, o Vice-Prefeito poderá assumir a representação do Município na Assembleia Geral, inclusive com direito a voto, desde que, para tanto, credenciado formalmente pelo representante titular.§ 3º. Na impossibilidade de aplicação do disposto no § 2º precedente, será o Município representado por preposto regularmente designado e

credenciado pelo Prefeito, através de procuração com firma reconhecida, estando assim o preposto apto a exercer todos os direitos do ente consorciado.§ 4º. O preposto de um Município não poderá representar outro Município na Assembleia Geral.§ 5º. Ninguém poderá representar 02 (dois) consorciados na mesma Assembleia Geral.§ 6º. O município consorciado somente se fará representar validamente por preposto em, no máximo, duas reuniões de Assembleia Geral (ordinária ou extraordinária), em cada exercício.**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS REUNIÕES** Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 02 (duas) vezes por ano, nos meses de abril e outubro, preferencialmente, ficando a cargo da Diretoria ou do Conselho Deliberativo, a convocação das reuniões extraordinárias, sempre que necessário.§ 1º A forma de convocação e funcionamento das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias será definida no estatuto social.§ 2º Presidirá as Assembleias Gerais o Presidente do COMEFC.§ 3º. Na impossibilidade será substituído pelo Vice Presidente, na falta deste a Assembleia será adiada.**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO VOTO** Cada município consorciado terá direito na Assembleia Geral a um voto.§ 1º. O voto será público (ou aberto) e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de julgamento em que se decida a aplicação de penalidade ao servidor do COMEFC ou a ente consorciado.§ 2º. Somente terá direito voto nas assembleias, o Município consorciado adimplente com suas obrigações perante o consórcio. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO QUORUM** O estatuto deliberará sobre o *quorum* necessário à instalação da Assembleia Geral, bem como para suas deliberações e, ainda, com relação à apreciação de matérias determinadas. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA COMPETÊNCIA** Compete à Assembleia Geral:I – homologar o ingresso no COMEFC de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 02 (dois) anos de sua subscrição;II – aplicar a pena de exclusão de Município do COMEFC;III – deliberar sobre os estatutos sociais do COMEFC e aprovar as suas alterações;IV – eleger o Presidente do COMEFC;V – destituir o Presidente, nos casos adiante previstos;VI – ratificar ou recusar a nomeação, ou destituir os demais membros da Diretoria-Executiva, bem como do Diretor administrativo;VII – aprovar:a) o orçamento plurianual de investimentos;b) o programa anual de trabalho;c) o orçamento anual do COMEFC, bem como os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;d) a realização de operações de crédito;e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, e f) a alienação e a constituição de ônus reais sobre bens do COMEFC ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenha sido outorgado o direito de exploração;VIII – propor a criação do Fundo a que faz referência os incisos XVI, e XVII, da Cláusula sexta;IX – homologar as decisões do Conselho Fiscal;X – ratificar a aceitação de cessão de servidores de ente federativo consorciado ou não, ao COMEFC, mediante convênio ou ato equivalente;XI – aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos a serem prestados;XII – aprovar a celebração de contratos de programa, os quais deverão ser submetidos a sua apreciação em, no máximo, 120 (cento e vinte) dias, sob pena de perder eficácia;XIII – apreciar e sugerir medidas sobre:a) a melhoria do serviço prestado pelo COMEFC;b) o aperfeiçoamento das relações do COMEFC com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.§ 1º Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o COMEFC mediante decisão unânime do Conselho Deliberativo, presentes, pelo menos, a metade mais um dos consorciados que eles compõem, devendo a decisão ser validada ou revogada pela Assembleia Geral Ordinária, pela maioria absoluta dos consorciados.§

2º Poderá o COMEFC receber a cessão de servidores com ônus para o consorciado; neste caso, exigir-se-á, apenas a ratificação pela Diretoria Executiva.**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO E DE SUAS ALTERAÇÕES.**Subscrito este Protocolo de Intenções e suas alterações, e em sendo convertido de forma automática em Contrato de Consórcio Público, pela ratificação anteriormente prevista, será convocada a Assembleia Geral para alteração do estatuto social do COMEFC, devendo o edital ser publicado na imprensa oficial do Estado e enviado por meio de correspondência, com aviso de recebimento.

§ 1º Confirmado o *quorum* de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, aprovará resolução que estabeleça:I - o texto do projeto de estatuto que norteará os trabalhos;II - o prazo para apresentação de Emendas e de destaques para votação em separado;III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.**§ 2º** Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomencem em dia, horário e local anunciado antes do término da sessão.**§ 3º** À nova sessão poderão comparecer os entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, também tenham ratificado o Protocolo de Intenções.**§ 4º** O estatuto deverá conter a previsão das formalidades e do *quorum* para a alteração de seus dispositivos, nos termos da legislação.**§ 5º** O estatuto social do COMEFC e suas alterações entrarão em vigor, após publicação na imprensa oficial do Estado.**Seção VII. DO CONSELHO DELIBERATIVO****Art. 20.** O Conselho Deliberativo é a instância que decide sobre os aspectos operacionais e administrativos específicos do COMEFC, observando as diretrizes e as deliberações gerais definidas em Assembleia Geral, e será constituído por 05 (cinco) membros titulares e (05) suplentes a serem escolhidos também em Assembleia Geral.**Seção VIII. Da Competência****Art. 21.** Compete ao Conselho Deliberativo:I - Definir os critérios e requisitos necessários ao preenchimento de cargos e exercício das funções no âmbito do consórcio;II - aplicar a pena de exclusão de Município do COMEFC, que estiver em atraso com suas obrigações mensais, se aprovado em Assembleia Geral ordinária.III - determinar o reajuste salarial das categorias profissionais, observadas as normativas próprias, sendo que qualquer alteração de base salarial dos quadros de pessoal deverá ser submetida aos tramites de alteração do contrato de constituição do consórcio. IV - ratificar ou recusar a nomeação, ou destituir os demais membros da Diretoria administrativa, bem como do Diretor administrativo;V - convocar a Assembleia Geral para destituir o Presidente, nos casos adiante previstos no Estatuto e Protocolo de Intenção;VI - analisar e propor alterações do orçamento plurianual de investimentos, programa anual de trabalho, orçamento anual do COMEFC, bem como sobre os respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio, a realização de operações de crédito, fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, para a posterior aprovação em Assembleia Geral.VII - aprovar as decisões tomadas pelo Presidente, desde que esteja de acordo com os princípios da administração pública.VIII - acompanhar a gestão econômica e financeira do COMEFC, zelando pela execução das receitas e das despesas, IX - analisar e aprovar/reprovar as prestações de contas do COMEFC, que devem ser fornecida pela diretoria financeira a cada (03) três meses, ou quando solicitado pelo Conselho Deliberativo, devendo a decisão ser posteriormente submetida à ratificação da Assembleia Geral.X - administrar juntamente com o Presidente, o Fundo de Desenvolvimento Municipal, quando criado,

formado com recursos provenientes da cobrança de multas, tarifas ou de qualquer preço público cobrado pela prestação de serviços, bem como mediante contrato de rateio, de ente consorciado;XI - decidir sobre a cessão de servidores de ente federativo consorciado ou não, ao COMEFC, mediante convênio ou ato equivalente;XII - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos a serem prestados, assim como, a celebração de contratos de programa, os quais deverão ser submetidos a sua apreciação após passar pela Assembleia Geral, dentro do prazo preestabelecido, sob pena de perder eficácia;XIII - administrar juntamente com o Presidente o Fundo de Apoio Técnico, formado com recursos provenientes da elaboração de projetos aos municípios, órgãos federal e estadual ou de qualquer preço público cobrado pela prestação de serviços, mediante contrato de programa, contrato de rateio, contrato administrativo e ou convênio com o ente consorciado e com o não-consorciado;XIV - apreciar, acompanhar, autorizar e sugerir medidas sobre:a) a melhoria do serviço prestado pelo COMEFC;b) o aperfeiçoamento das relações do COMEFC com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.c) dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários, sempre em concordância com a Diretoria Executiva e Administrativa.X - julgar recursos relativos a:a) processos administrativos de funcionários e ou fornecedor;b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos a inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto, sempre em concordância com o presidente do COMEFC.**§** Parágrafo único: As decisões do conselho deliberativo serão tomadas por maioria simples e submetidas, sempre que houver impugnação ou previsão expressa nesse Estatuto, à discussão e deliberação da Assembleia Geral.**CAPÍTULO VI DO PRESIDENTE E DA DIRETORIA-EXECUTIVA CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE** O Presidente será eleito em Assembleia Geral para este fim especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas, nos primeiros (30) trinta minutos antes do início da reunião.**§ 1º** Somente será candidato o Chefe de Poder Executivo do ente consorciado.**§ 2º** O Presidente será eleito mediante voto aberto e nominal.**§ 3º** Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos, não podendo realizar-se a eleição sem a presença de maioria absoluta dos membros da Assembleia Geral.**§ 4º** O Presidente será eleito para mandato de 02 (dois) anos, não sendo permitida a reeleição.**§ 5º** Presidirá a eleição do Consórcio uma Comissão composta por 03 (três) membros designada a assessorar a Presidência nos trabalhos da eleição dos Órgãos diretivos do Consórcio por portaria assinada pelo Presidente em exercício.**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA**A Diretoria Executiva será eleita na Assembleia Geral para eleição do Presidente, somente podendo concorrer os Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados.**§ 1º** Não poderá concorrer a nenhum dos cargos da Diretoria Executiva o ente consorciado que não estiver em dia com suas obrigações financeiras do ano em exercício que ocorrer a eleição.**§ 2º** Se ocorrer este possuir débitos dos anos anteriores, deverá está coberto por termo de confissão de dívida e parcelamento devidamente assinado e em dia com a obrigação financeira contratada na data do preâmbulo.**§ 3º** As demais disposições específicas sobre o processo eleitoral no âmbito do COMEFC deverão constar obrigatoriamente do estatuto social aprovado em assembleia geral.**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DE DIRETOR EXECUTIVO**Somente a Assembleia Geral, para este fim especialmente convocada, poderá destituir o Presidente do COMEFC ou qualquer dos Diretores-Executivos, mediante proposta de qualquer membro do COMEFC, com apoio de 2/3 dos

membros consorciados, sendo garantido o amplo direito de defesa e do contraditório.

CAPÍTULO VI DA DIRETORIA-EXECUTIVA CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA COMPOSIÇÃO A Diretoria-Executiva é composta por 07 (sete) membros, a saber: Presidente, Primeiro Vice-presidente, Segundo Vice-presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro e Segundo Tesoureiro. § 1º Nenhum dos Diretores perceberá remuneração ou qualquer espécie de verba indenizatória § 2º Somente poderá ocupar cargo na Diretoria os Chefes do Poder Executivo dos entes consorciados. § 3º O termo da eleição dos Diretores e o procedimento para a respectiva posse serão fixados no estatuto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS FUNÇÕES DA DIRETORIA-EXECUTIVA Mediante proposta do Presidente do COMEFC, aprovada por metade mais um dos integrantes da Diretoria, haverá redesignação interna dos cargos de Diretor-Executivo, com exceção do cargo de Presidente. § 1º A Diretoria-Executiva será auxiliada em suas funções por uma Diretoria Administrativa, composto de um Diretor Administrativo e Financeiro, um Procurador Jurídico, um Gerente Administrativo, um Gerente Financeiro, um Gerente de Planejamento e Controle, uma Secretária, uma Assessoria de Comunicação, seis Analistas Administrativos, um Analista Financeira, quatro Analistas de Projetos, três Analistas de Prestação de Contas, um Pregoeiro, um Analista Tributário e uma Auxiliar Operacional de Serviços Gerais - AOSG, mediante exame de “*curriculum vitae*”, em que se comprove suficiente habilitação para o exercício da função. § 2º Os cargos de Diretor Administrativo e Financeiro, Procurador Jurídico, Gerente Administrativo, Gerente Financeiro, e Gerente de Planejamento e Controle são de livre nomeação e exoneração e serão remunerados com gratificação e segundo critérios salariais definidos em Resolução da Diretoria-Executiva. § 3º O Diretor Administrativo e Financeiro, Procurador Jurídico, Gerente Administrativo, Gerente Financeiro, e Gerente de Planejamento e Controle, exercerão suas funções por delegação do Presidente, através de mandato, onde se expressem todos os poderes para agir em nome do COMEFC. § 4º Nomeados, o Diretor administrativo e Financeiro, Procurador Jurídico, Gerente Administrativo, Gerente Financeiro, e Gerente de Planejamento e Controle, estes somente poderão ser destituído da função, por decisão da Diretoria-Executiva, após ratificação da Assembleia Geral, por 2/3 de seus membros. § 5º As funções e competência de cada membro da Diretoria Administrativa serão deliberados no Estatuto do COMEFC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS DELIBERAÇÕES A Diretoria deliberará de forma colegiada, sendo suas decisões tomadas por maioria simples de votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente. § 1º A Diretoria-Executiva reunir-se-á mediante convocação do Presidente. § 2º A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS COMPETÊNCIAS Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria Executiva: I - julgar recursos relativos à: a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos; b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto; c) aplicação de penalidades a servidores do COMEFC; II - autorizar que o COMEFC ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, *ad referendum*, adotar as medidas que reputar urgentes; III - autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários ou delegar poderes ao Diretor Administrativo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO Em caso de substituição ou de sucessão dos representantes legais dos Municípios consorciados, cujos titulares exerçam cargos na Diretoria do COMEFC, os novos

representantes municipais assumirão, e se promoverá nova eleição em no máximo 90 (noventa) dias para recomposição dos cargos. § 1º Nas ausências eventuais do Presidente do COMEFC, exercerá a Presidência, em substituição, o Primeiro Vice-presidente. No caso de ausência deste, assumirá suas funções, interinamente, o Segundo Vice-presidente. § 2º Em caso de vacância do cargo de Presidente, ou na hipótese de substituição ou de sucessão legal do representante do Município consorciado, cujo titular exerça cargo de Presidente do Consórcio, ocorrerá a assunção do Primeiro Vice-presidente e do Segundo Vice-presidente, aos cargos de Presidente e de Primeiro Vice-presidente, respectivamente. Realizando-se eleição para preenchimento do segundo vice presidente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE Sem prejuízo das atribuições a serem previstas no estatuto social do COMEFC, caberá ao Presidente: I - representar o COMEFC judicial e extrajudicialmente; II - ordenar as despesas do COMEFC e responsabilizar-se pela sua prestação de contas; III - convocar as reuniões da Diretoria Executiva; IV - zelar pelos interesses do COMEFC, exercendo todas as demais competências que não lhe tenham sido outorgadas por este Protocolo, ou pelo estatuto, a outro órgão do COMEFC. § 1º Com exceção da competência prevista no Inciso I e IV desta Cláusula, todas as demais poderão ser delegadas a qualquer dos Diretores-Executivos, assim como ao Diretor administrativo e Financeiro, a critério do Presidente. § 2º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do COMEFC, o substituto eventual do Presidente poderá praticar atos *ad referendum* deste.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL O Conselho Fiscal será composto de 03 (três) Membros Efetivos e de 03 (três) Suplentes, eleitos junto com o presidente em Assembleia Geral, sendo cargo privativo de Chefes do Poder Executivo. § 1º Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos pelos mesmos critérios de afastamento de Diretores-Executivos. § 2º O Presidência do Conselho Fiscal será exercida por um dos Conselheiros eleitos entre seus membros e a critério destes. § 3º Não se admitirá no Conselho Fiscal a candidatura de parentes e afins até o terceiro grau de qualquer dos Chefes do Poder Executivo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMPETÊNCIA § 1º Além do previsto no estatuto social, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do COMEFC, com o auxílio, no que couber do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. § 2º Propor à Diretoria Executiva ação administrativa ao ente consorciado que estiver em atraso com suas obrigações financeira igual ou superior a 90 (noventa dias), informando a suspensão temporária dos seus direitos, e em não sendo sanadas as pendências a exclusão definitiva. **Parágrafo único.** O disposto no *caput* desta cláusula não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um efetivamente entregou ou compromissou ao COMEFC.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO FUNCIONAMENTO O estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho Fiscal. **Parágrafo único.** As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO IX DAS CÂMARAS SETORIAIS CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DA COMPOSIÇÃO As Câmaras Setoriais serão criadas, alteradas e extintas por resolução da Diretoria Administrativa e homologadas pela Assembleia Geral que, dentre outros requisitos julgados importantes pela Diretoria-Executiva, lhe atribuirá nome, estrutura, funções específicas, prazo de duração, forma de eleição e período de gestão de seu coordenador. § 1º As Câmaras Setoriais serão diretamente

subordinadas ao Presidente, as quais desenvolverão políticas públicas específicas de interesse comum dos entes consorciados. § 2º O ente consorciado participará da(s) Câmara(s) Setorial (is) de seu interesse através da indicação de um secretário municipal, Prefeito Municipal ou Vice-prefeito e de um servidor efetivo da mesma secretaria municipal, cujas atividades tenham pertinência com os objetivos específicos da Câmara Setorial escolhida. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOS OBJETIVOS** São objetivos gerais das Câmaras Setoriais: I – elaborar metas e objetivos específicos a serem alcançados em sua área específica de atuação; II – planejar, coordenar e executar programas, projetos e atividades pertinentes aos seus objetivos específicos; III – propor a contratação de consultores, especialistas para realização de estudos técnicos ligados aos objetivos específicos da Câmara Setorial, quando a complexidade da matéria exigir; IV – outros que venham a ser definidos em assembleia geral e/ou aprovados através do Regimento Interno. **Parágrafo Único** – Cada Câmara Setorial reunir-se-á ordinariamente uma (01) vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário por convocação do Conselho de Prefeitos, com antecedência mínima de três dias úteis. **Parágrafo Único** – Compete ao Coordenador da Câmara Setorial: I – presidir as reuniões da Câmara Setorial; II – planejar, coordenar e fiscalizar as atividades da Câmara Setorial; III – apresentar relatório anual das atividades desenvolvidas pela Câmara Setorial ao Presidente, que contemple as metas estabelecidas para o exercício e resultados alcançados, abordando os aspectos positivos e negativos das ações implementadas, dados estatísticos e soluções adotadas para os problemas encontrados; IV – prestar contas dos recursos recebidos e geridos ao Conselho Fiscal. **CAPÍTULO X DA GESTÃO ADMINISTRATIVA CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES REMUNERADAS** Somente poderão prestar serviços remunerados ao COMEFC os contratados para ocupar os empregos públicos previstos no presente documento. § 1º A atividade da Presidência do COMEFC, dos demais cargos da Diretoria-Executiva, do Conselho Fiscal, das Câmaras Setoriais, de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos, bem como a participação do representante dos entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do COMEFC não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante. § 2º O Presidente e demais Diretores, os membros do Conselho Fiscal e das Câmaras Setoriais além de não poderem ser remunerados, não poderão também receber qualquer quantia do COMEFC, mesmo a título indenizatório ou de compensação, excetuadas eventuais diárias pagas como restituição de gastos a serviço do COMEFC. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES** Os servidores do COMEFC, não cedidos pelos entes consorciados, serão considerados empregados públicos e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. § 1º A Diretoria- Executiva deliberará sobre a estrutura administrativa do COMEFC, obedecendo ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente quanto à descrição de funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos. § 2º A dispensa de empregados públicos do Consórcio se dará mediante processo administrativo, garantido o amplo direito de defesa ao empregado e dependerá de autorização da Diretoria- Executiva, sendo vedada a dispensa sem justa causa. § 3º Os empregados do Consórcio não poderão ser cedidos, inclusive para os entes consorciados. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DO QUADRO DE PESSOAL.** O COMEFC contará com quadro de pessoal composto de Cargos de Provimento em Comissão, e de Empregados Públicos, admitidos por meio de processo seletivo público, de acordo com as normas que orientam a administração pública, que será definido em

Regulamento baixado em Resolução da Diretoria Executiva e ratificado pela Assembleia Geral, em consonância com este Protocolo e as disposições estatutárias. § 1º. O regime jurídico dos empregos será aquele previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, sendo que serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social. § 2º. A jornada de trabalho, as atribuições e a lotação de cada um dos cargos será disciplinada pela Diretoria Executiva, na forma que definir o Estatuto. § 3º. Poderão ser contratados profissionais por tempo determinado, em número limitado, para atender estritamente à necessidade temporária de excepcional interesse público, para exercício de atividades de caráter eventual, temporárias ou excepcionais. § 4º. Os casos que demandem a contratação temporária serão avaliados pela Diretoria Executiva e submetidos à Assembleia Geral. § 5º A remuneração dos empregos públicos não cedidos ao COMEFC é também objeto de decisão de Resolução da Diretoria-Executiva submetido à Assembleia Geral. § 6º Até o limite fixado no orçamento anual do COMEFC a Diretoria-Executiva poderá conceder revisão anual de remuneração. § 7º Os cargos de empregados públicos, não criados no ato de ratificação deste protocolo e necessários à persecução dos objetivos do COMEFC, poderão ser criados, após proposta da Diretoria Executiva, aprovada pela Assembleia Geral do COMEFC. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO CONCURSO PÚBLICO** O edital de concurso público deverá ser subscrito pelo Presidente, depois de autorizado pela Diretoria-Executiva. § 1º Cópia do edital de concurso público será enviada a todos os entes consorciados, mediante protocolo. § 2º O edital, em sua íntegra, será publicado em “site”, que o COMEFC mantiver na rede mundial de computadores – internet, bem como, na forma de extrato, será publicado em órgão de Imprensa Oficial do Estado. § 3º Nos 30 (trinta) primeiros dias que se seguirem à publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser impugnado o edital de concurso público, o que deverá ser decididas em 15 (quinze) dias pela Diretoria-Executiva. § 4º A íntegra da impugnação e a decisão da Diretoria-Executiva a respeito, serão publicadas no “site”, que o COMEFC mantiver na rede mundial de computadores – internet. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DOS CARGOS COMISSIONADOS** Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente, serão exercidos a princípio, por servidores do COMEFC, na falta destes por ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissionais oriundos da área privada. Destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. § 1º. - Ficam criados os seguintes cargos em comissão: a) um cargo de Diretor Administrativo e Financeiro; b) um cargo de Procurador Jurídico; c) um cargo de Gerente Administrativo; d) um cargo de Gerente Financeiro; e) um cargo de Gerente de Planejamento e Controle; f) um cargo de Assessoria de Comunicação; g) um cargo Secretária Executiva; h) seis cargos de Analista Administrativo; i) um cargo de Analista Financeiro; j) quatro cargos de Analista de Projetos; l) três cargos de Analista de Prestação de Contas; m) um cargo de Analista Tributário; n) um cargo de Pregoeiro; o) um cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Gerais - AOSG; § 2º. A remuneração e gratificações de cada cargo será objeto de deliberação do Estatuto e seus anexos. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA** Admitir-se-á contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese de preenchimento de emprego público vago, ou até o seu preenchimento efetivo por meio de concurso público. § 1º Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração prevista para a vaga. § 2º As contratações serão feitas pelo prazo de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogada

por um período, até o prazo máximo de um ano. § 3º Não se admitirá a prorrogação prevista no parágrafo anterior, quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público.

CAPÍTULO XIDA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DO REGIME DA ATIVIDADE FINANCEIRA

A execução das receitas e das despesas do COMEFC obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DAS RELAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE CONSORCIADOS E O COMEFC

Os entes consorciados somente repassarão recursos ao COMEFC quando:

I - tenha contratado o COMEFC para a prestação de um serviço, execução de obras, locação de mão de obra ou fornecimento de bens, respeitados os valores de mercado; II - houver contrato de rateio, contrato de programa, contrato administrativo e convênio.

§ 1º Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do COMEFC.

§ 2º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.

§ 3º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

I - Entende-se por despesa genérica aquela em que a execução orçamentária se faz com modalidade de aplicação indefinida. II - Não se considera como genérica as despesas de administração e planejamento, desde que previamente classificadas por meio de aplicação das normas de contabilidade pública.

§ 4º Não se exigirá contrato de rateio quando os recursos recebidos pelo COMEFC forem oriundos de transferência voluntária da União ou do Estado, formalizada por meio de convênio com ente consorciado, tendo o COMEFC como interveniente.

§ 5º O ente consorciado fica comprometido perante o COMEFC com sua cota-parte anual no valor total definido no contrato de rateio

a serem pagas em 12 parcelas mensais, de janeiro a dezembro de cada ano, mediante assinatura do contrato de rateio.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

O COMEFC sujeitar-se-á à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do COMEFC, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o COMEFC.

CAPÍTULO XIIDA CONTABILIDADE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA SEGREGAÇÃO CONTÁBIL

No que se refere à gestão associada, a contabilidade do COMEFC deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º Semestralmente, deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o valor investido e arrecadado pela prestação do serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios; II - a situação patrimonial, do COMEFC.

§ 2º Todas as demonstrações financeiras serão publicados no "site" que o COMEFC mantiver na rede mundial de computadores - internet.

CAPÍTULO XIII DA AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DOS CONVÊNIOS

Com o objetivo de receber transferência de recursos, o COMEFC fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais, de terceiro setor ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CAPÍTULO XIV DA RETIRADA E DA EXCLUSÃO DO

CONSORCIADO. CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DA HIPÓTESE DE RETIRADA OU DE EXCLUSÃO

São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, semelhantes ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim;

IV - Descumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas em contrato de rateio;

V - Atraso injustificado no cumprimento das obrigações financeiras com o COMEFC e ainda que justificados se contar mais de 120 (cento e vinte) dias;

VI - Amigável, por acordo entre as partes.

§ 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, por determinado tempo, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

§ 3º A retirada do ente deverá ser precedida de ato formal de seu representante, a ser comunicado à Assembleia Geral do COMEFC, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º Comunicação ao Poder Legislativo do ente federado, ciente de que a retirada ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações assumidas e já cumpridas pelo COMEFC.

§ 5º Os bens destinados ao COMEFC pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de metade mais um dos entes consorciados, manifestada e aprovada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva expressa na lei de ratificação, que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do COMEFC.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO PROCEDIMENTO DE EXCLUSÃO

O estatuto social estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigida maioria absoluta de seus membros.

§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, de seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e legislação correlata aplicável à matéria.

§ 3º Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO XVDA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A extinção do Contrato de Consórcio Público que decorrer deste Protocolo de Intenções dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos, custeados por tarifas ou outra espécie de preço público, serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao COMEFC público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregos públicos criados por força deste protocolo, ou por termo aditivo a este serão, extintos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DA HIPÓTESE DE RETIRADA OU DE EXCLUSÃO

São hipóteses de exclusão de ente consorciado:

I - a não inclusão, pelo ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio;

II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, semelhantes ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim;

IV - Descumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas em contrato de rateio;

V - Atraso injustificado no cumprimento das obrigações financeiras com o COMEFC e ainda que justificados se contar mais de 120 (cento e vinte) dias;

VI - Amigável, por acordo entre as partes.

§ 1º A exclusão prevista no inciso I do caput somente ocorrerá após prévia suspensão, por determinado tempo, período em que o ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º O estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

§ 3º A retirada do ente deverá ser precedida de ato formal de seu representante, a ser comunicado à Assembleia Geral do COMEFC, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º Comunicação ao Poder Legislativo do ente federado, ciente de que a retirada ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações assumidas e já cumpridas pelo COMEFC.

§ 5º Os bens destinados ao COMEFC pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de metade mais um dos entes consorciados, manifestada e aprovada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva expressa na lei de ratificação, que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do COMEFC.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO PROCEDIMENTO DE EXCLUSÃO

O estatuto social estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

§ 1º A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigida maioria absoluta de seus membros.

§ 2º Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto pela Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, de seu Decreto Regulamentar nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e legislação correlata aplicável à matéria.

§ 3º Da decisão do órgão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo.

CAPÍTULO XVDA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A extinção do Contrato de Consórcio Público que decorrer deste Protocolo de Intenções dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos, custeados por tarifas ou outra espécie de preço público, serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços.

§ 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º Com a extinção, o pessoal cedido ao COMEFC público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregos públicos criados por força deste protocolo, ou por termo aditivo a este serão, extintos.

4º A alteração do contrato de consócio público observará o mesmo procedimento previsto no *caput*. **CAPÍTULO XV DA RATIFICAÇÃO**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DA RATIFICAÇÃO Após sua assinatura, o presente Protocolo de Intenções Substitutivo será submetido à ratificação pelas Câmaras de Vereadores de cada ente signatário, quando se converterá em Contrato de Consórcio Público, nos termos da cláusula anterior. **CAPÍTULO XVII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**CLÁUSULA QUINQUAGESIMA - DO REGIME JURÍDICO O COMEFC será regido pelas disposições da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto Regulamentar nº 6.017/07; por Estatuto próprio; pelo Contrato de Consórcio Público originário da ratificação do presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente em relação aos entes federativos dos quais emanaram. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA INTERPRETAÇÃO** A interpretação dos dispositivos deste Protocolo deverá ser compatível com o exposto em seu preâmbulo e bem assim com os seguintes princípios: I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do COMEFC depende apenas da vontade de cada ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso; II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do COMEFC; III - elegibilidade dos componentes dos órgãos dirigentes do COMEFC, na forma regulamentada nos estatutos e neste Protocolo; IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de ente federativo consorciado tenha acesso a qualquer reunião ou documento do COMEFC; V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do COMEFC tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DA EXIGIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DESTES INSTRUMENTOS** Quando adimplente para com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções. § 1º Os casos omissos serão dirimidos em conformidade com a previsão na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos. § 2º As partes signatárias se comprometem a empreender todas as ações necessárias a implementar, no menor tempo possível, as determinações constantes neste Protocolo de Intenções Substitutivo. § 3º Com o presente Protocolo de Intenções Substitutivo ficam convalidados os atos até então praticados, especialmente o acordo de vontades dos entes subscritores em constituir o Consórcio dos Municípios dos Corredores Multimodais do Maranhão - COMEFC, mediante a subscrição do Protocolo de Intenções firmado em 15/06/2011 e ratificação por Lei. **CAPÍTULO XVIII DO FORO** **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DA ELEIÇÃO DO FORO E SUBSCRIÇÃO** § 1º Fica eleito o Foro da Comarca do Município de São Luís, sede do COMEFC para a solução de eventuais conflitos resultantes deste protocolo, do Contrato de Consórcio Público que dele resultará, bem como de qualquer relação envolvendo o COMEFC, salvo disposto em legislação federal. Devendo este ser publicado no diário Oficial do Estado do Maranhão. § 2º A subscrição pelos prefeitos será em lista anexa enumerada em sequência à deste protocolo.

São Luís (MA), 02 de maio de 2017.

Autor da Publicação: DENISE MAGALHÃES BRIGE

Prefeitura Municipal de Nova Iorque

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2017/SEMAD - PROC. ADMIN. Nº 217/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2017/SEMAD - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 217/2017 - Carta Convite nº 03/2017. PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Iorque por intermediou de sua Secretaria Municipal de Administração - SEMAD juntamente com Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e a empresa **G 2 ENTRETENIMENTO LTDA - ME** CNPJ 14.943.402/0001-34. **OBJETO:** Serviços de Locação de estrutura de palco, sonorização, iluminação e animação com shows de banda no SÃO JOÃO 2017 de Nova Iorque. **RECURSO:** Convênio nº 97/201/SECTUR e Orçamento Geral do Município. **VALOR TOTAL:** R\$ 50.800,00 (cinquenta mil e oitocentos reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 21/06/2017 a 21/09/2017. **AMPARO LEGAL:** Lei Federal 8.666/93; **DATA DE ASSINATURA:** 21 de junho de 2017; **FORO:** Comarca de Pastos Bons - MA. **ASSINATURAS:** Lindon Johnson Alves de Brito - Secretaria Municipal de Administração como Contratante e o senhor Genilton Lopes de Carvalho pela Contratada. Nova Iorque, 05 de Julho de 2017. Publique-se. Mayra Ribeiro Guimarães Prefeita Municipal.

Autor da Publicação: Idelfran de Sousa Pereira

AVISO DE LICITAÇÃO - PP Nº 14/2017 - PROC. ADMIN. Nº 279/2017

AVISO - DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017. Processo administrativo nº 279/2017. O pregoeiro da prefeitura municipal de Nova Iorque, estado do Maranhão torna público que no dia 10 de agosto de 2017, às 10h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Iorque sito à Praça da Matriz, s/n, Centro Nova Iorque/MA, fará licitação na modalidade pregão, na forma presencial, critério de julgamento MENOR LANCE POR LOTE. **OBJETIVO:** Locação de software de contabilidade pública e portal de transparência ativa. A licitação será realizada na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 03/2017, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes à espécie. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no site da prefeitura e na Praça da Matriz, s/n, Centro, Nova Iorque/MA, de 2ª a 6ª feira, no horário de 08h00min às 13h00min, onde poderão ser consultados gratuitamente ou obtidos mediante o recolhimento da importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais), feito, exclusivamente, através de DAM. Informações adicionais, no mesmo endereço e pelo e-mail: cpl.novaiorque@gmail.com. Nova Iorque 18 de julho de 2017. Ailton Rodrigues Lopes. Pregoeiro do Município - Mayra Ribeiro Guimarães - Prefeita Municipal.

Autor da Publicação: Idelfran de Sousa Pereira

Prefeitura Municipal de Riachão

EXTRATO DE CONTRATO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017

Extrato de Contrato Nº 203/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: MUNICÍPIO DE RIACHÃO MA, CNPJ/MF nº 05.282.801.0001-00 e a empresa: **S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP**,

CNPJ nº 17.545.956/0001-71. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO. FONTE DE RECURSO: 02 03 - ADMINISTRAÇÃO GERAL 04.122.0052.2007.0000 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO GERAL 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 430,00 (Quatrocentos e Trinta Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: **S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP**. Representada pelo S.r. (a). **Rafael de Sousa Lima**, Contratado, portador do CPF nº 048.604.753-99. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.

*Extrato de Contrato Nº 204/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: MUNICÍPIO DE RIACHÃO MA, CNPJ/MF nº 05.282.801.0001-00 e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP, CNPJ nº 17.545.956/0001-71. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE FONTE DE RECURSO: 02 14 02 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.1004.2050.0000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 994,00 (Novecentos e Noventa e Quatro Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP. Representada pelo S.r. (a). **Rafael de Sousa Lima**, Contratado, portador do CPF nº 048.604.753-99. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.*

*Extrato de Contrato Nº 205/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ/MF nº 11.982.875/0001-52 e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP, CNPJ nº 17.545.956/0001-71. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE RIACHÃO-MA. FONTE DE RECURSO: 02 14 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0203.1027.0000 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 11.260,00 (Onze Mil e Duzentos e Sessenta Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP. Representada pelo S.r. (a). **Rafael de Sousa Lima**, Contratado, portador do CPF nº 048.604.753-99. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.*

Extrato de Contrato Nº 206/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO (MA), CNPJ/MF nº 05.282.801.0001-00 e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP, CNPJ nº 17.545.956/0001-71. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

*ATRAVES DO MDE. FONTE DE RECURSO: 02 11 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MDE 12 361 0403 1021 0000 - AQUISIÇÃO DE MOVEIS E ULTESILIOS GERAL PARA EDUCAÇÃO BÁSICA 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 8.743,00 (Oito Mil e Setecentos e Quarenta e Três Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP. Representada pelo S.r. (a). **Rafael de Sousa Lima**, Contratado, portador do CPF nº 048.604.753-99. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.*

*Extrato de Contrato Nº 207/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIACHÃO, CNPJ/MF nº 11.982.875/0001-52 e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP, CNPJ nº 17.545.956/0001-71. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAIS CREAS/PAEF. FONTE DE RECURSO: 02 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.243.0135.2068.0000 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAIS CREAS/PAEF 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 3.946,00 (Três mil e Novecentos e Quarenta e Seis Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP. Representada pelo S.r. (a). **Rafael de Sousa Lima**, Contratado, portador do CPF nº 048.604.753-99. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.*

*Extrato de Contrato Nº 208/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO (MA), CNPJ/MF nº 05.282.801.0001-00 e a empresa: F. P. SOUSA - ME, CNPJ nº 17.211.614/0001-15. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO. FONTE DE RECURSO: 02 03 - ADMINISTRAÇÃO GERAL 04.122.0052.2007.0000 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ADMINISTRAÇÃO GERAL 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 14.990,00 (Catorze Mil e Novecentos e Noventa Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: F. P. SOUSA - ME. Representada pelo Sr(a). **Fernanda Pereira de Sousa**, Contratado, portador do CPF nº 011.170.423-59. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.*

Extrato de Contrato Nº 210/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ/MF nº 11.982.875/0001-52 e a empresa: F. P. SOUSA - ME, CNPJ nº 17.211.614/0001-15. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL DO MUNICIPIO DE RIACHÃO-MA. FONTE DE RECURSO: 02 14 01 - FUNDO MUNICIPAL

DE SAÚDE 10.301.0203.1027.0000 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 3.350,00 (Três Mil e Trezentos e Cinquenta Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: **F. P. SOUSA - ME.** Representada pelo Sr(a). Fernanda Pereira de Sousa, Contratado, portador do CPF nº 011.170.423-59. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.

Extrato de Contrato Nº 211/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO (MA), CNPJ/MF nº 05.282.801.0001-00 e a empresa: F. P. SOUSA - ME, CNPJ nº 17.211.614/0001-15. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL ATRAVES DO MDE. FONTE DE RECURSO: 02 11 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MDE 12 361 0403 1021 0000 - AQUISIÇÃO DE MOVEIS E ULTRESILIOS GERAL PARA EDUCAÇÃO BÁSICA 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 8.800,00 (Oito Mil e Oitocentos Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: F. P. SOUSA - ME. Representada pelo Sr(a). Fernanda Pereira de Sousa, Contratado, portador do CPF nº 011.170.423-59. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.

Extrato de Contrato Nº 212/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIACHÃO, CNPJ/MF nº 11.982.875/0001-52 e a empresa: F. P. SOUSA - ME, CNPJ nº 17.211.614/0001-15. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA, PISO BASICO FIXO E VARIABEL SCFV. FONTE DE RECURSO: 02 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.224.0130.2071.0000 - PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA, PISO BASICO FIXO E VARIABEL SCFV 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 4.010,00 (Quatro Mil e Dez Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: F. P. SOUSA - ME. Representada pelo Sr(a). Fernanda Pereira de Sousa, Contratado, portador do CPF nº 011.170.423-59. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.

Extrato de Contrato Nº 214/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ/MF nº 11.982.875/0001-52 e a empresa: F. P. SOUSA - ME, CNPJ nº 17.211.614/0001-15. OBJETO: FORNECIMENTO MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DE RIACHÃO-MA. FONTE DE RECURSO: 02 14 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.0203.1027.0000 -

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 8.100,00 (Oito Mil e Cem Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: **F. P. SOUSA - ME.** Representada pelo Sr(a). Fernanda Pereira de Sousa, Contratado, portador do CPF nº 011.170.423-59. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.

Extrato de Contrato Nº 215/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO (MA), CNPJ/MF nº 05.282.801.0001-00 e a empresa: F. P. SOUSA - ME, CNPJ nº 17.211.614/0001-15. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. FONTE DE RECURSO: 02 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER 12 361 1005 2038 0000 - GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E CONSELHOS DE EDUCAÇÃO 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 8.670,00 (Oito Mil e Seiscentos e Setenta Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: F. P. SOUSA - ME. Representada pelo Sr(a). Fernanda Pereira de Sousa, Contratado, portador do CPF nº 011.170.423-59. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.

Extrato de Contrato Nº 216/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: MUNICÍPIO DE RIACHÃO MA, CNPJ/MF nº 05.282.801.0001-00 e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP, CNPJ nº 17.545.956/0001-71. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. FONTE DE RECURSO: 02 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER 12 361 1005 2038 0000 - GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E CONSELHOS DE EDUCAÇÃO 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 3.321,00 (Três Mil e Trezentos e Vinte e Um Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal - CPF nº 735.165.973-72 - Contratante e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP. Representada pelo S.r. (a). Rafael de Sousa Lima, Contratado, portador do CPF nº 048.604.753-99. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto - Pregoeiro.

Extrato de Contrato Nº 217/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIACHÃO-MA, CNPJ/MF nº 11.982.875/0001-52 e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP, CNPJ nº 17.545.956/0001-71. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO PROGRAMA DE INCETIVO A GESTÃO IGD/BF E IGD/SUAS. FONTE DE RECURSO: 02 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08 243 0122 2067 0000 -

PROGRAMA DE INCETIVO A GESTÃO IGD/BF E IGD/SUAS 4.4.90.52 00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 3.321,00 (Três Mil e trezentos e Vinte e Um reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal – CPF nº 735.165.973-72 – Contratante e a empresa: **S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP**. Representada pelo S.r. (a). **Rafael de Sousa Lima**, Contratado, portador do CPF nº 048.604.753-99. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto – Pregoeiro.

*Extrato de Contrato Nº 218/2017. REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2017. PARTES: O MUNICÍPIO DE RIACHÃO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIACHÃO-MA, CNPJ/MF nº 11.982.875/0001-52 e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP, CNPJ nº 17.545.956/0001-71. OBJETO: FORNECIMENTO DE MOVEIS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO CRAS/PAIF E AFINS. FONTE DE RECURSO: 02 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 08.224.0124.2069.0000 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO CRAS/PAIF E AFINS 4.4.90.52 00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VALOR GLOBAL: R\$ 2.952,00 (Dois Mil e Novecentos e Cinquenta e Dois Reais). PRAZO DE FORNECIMENTO: até 31/12/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/02, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. SIGNATÁRIOS: Sr. JOAB DA SILVA SANTOS, Prefeito Municipal – CPF nº 735.165.973-72 – Contratante e a empresa: S. DE S. SILVA MOVEIS - EPP. Representada pelo S.r. (a). **Rafael de Sousa Lima**, Contratado, portador do CPF nº 048.604.753-99. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de julho de 2017. Raimundo Madeira Neto – Pregoeiro.*

Autor da Publicação: SINTYA MARIA GOMES FERREIRA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO. O MUNICÍPIO DE RIACHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, através da Prefeitura Municipal de Riachão, situada na Praça Nossa Senhora de Nazaré, nº 742, Centro – Riachão/MA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Joab da Silva Santos, no uso de suas atribuições legais e com base nas informações constantes no Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 016/2017, realizado nos moldes do art. 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93, que tem por objeto **AQUISIÇÃO E RECERGA DE EXTINTORES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO**, de acordo com o que dispõe o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, **RESOLVE: RATIFICAR** o objeto acima em favor da ARLINDO JOSE PEREIRA FILHO EIRELI-ME, SITUADA NA AV. JOSÉ BERNARDINO, 539/SALA 01 – SETOR INDUSTRIAL, BALSAS – MA INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 24.780.701/0001-06, pelo valor total de R\$ 7.650,00 (Sete mil e seiscentos e cinquenta reais). GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIACHÃO - MA, 31 DE MAIO DE 2017. **Joab da Silva Santos** - Prefeito Municipal.

Autor da Publicação: SINTYA MARIA GOMES FERREIRA

Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS - Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene - MA, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público o resultado do Tomada de Preços nº 001/2017, que teve como objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de recuperação de estradas vicinais (Estrada da sede à Praia de Sumaúma), no Município de Ribamar Fiquene - MA, saiu como vencedora, da licitação supracitada, a empresa: B.A. CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.534.152/0001-49, localizada na Rua Duque de Caxias, Nº 651, Cidade Nova – João Lisboa – MA, vencedora, com proposta apresentada no valor total de R\$ 73.909,40 (setenta e três mil novecentos e nove reais e quarenta centavos). Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço Global. O Presidente informa ainda, que os autos do Processo encontram-se, com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Ribamar Fiquene - MA. Ribamar Fiquene - MA, em 18 de Julho de 2017. Clébio Cardoso Pinheiro **Presidente da CPL**

Autor da Publicação: Fernando Oliveira Carneiro

Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes

ERRATA: ERRATA. RETIFICA - SE O VALOR TOTAL REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170625

ERRATA. Retifica - se o valor total referente ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº 002/2017, Processo Administrativo nº 06012017-0002, Ata de Registro de Preços nº 001/2017/PM -SAL. Extrato de Contrato N.º 20170625, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes/MA, CNPJ n.º 06.172.720/0001-10, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), do dia 07/07/2017, pág. 15. ONDE SE LÊ: Valor Total: R\$ 372.480,00 (trezentos e setenta e dois mil quatrocentos e oitenta reais). LEIA-SE: Valor Total: R\$ 307.600,00 (trezentos e sete mil e seiscentos reais). Ficam os demais termos inalterados.

Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

ERRATA: ERRATA. RETIFICA - SE O VALOR TOTAL REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170626

ERRATA. Retifica - se o valor total referente ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº 002/2017, Processo Administrativo nº 06012017-0002, Ata de Registro de Preços nº 001/2017/PM -SAL. Extrato de Contrato N.º 20170626, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes/MA, CNPJ n.º 06.172.720/0001-10, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), do dia 07/07/2017, pág. 15. ONDE SE LÊ: Valor Total: R\$ 388.924,94 (trezentos e oitenta e oito mil e novecentos e vinte e quatro reais e

noventa e quatro centavos). LEIA-SE: Valor Total: R\$ 755.766,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil e setecentos e sessenta e seis reais). Ficam os demais termos inalterados.

Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

ERRATA: ERRATA. RETIFICA - SE O VALOR TOTAL REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170627

ERRATA. Retifica - se o valor total referente ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº 002/2017, Processo Administrativo n.º 06012017-0002, Ata de Registro de Preços nº 001/2017/PM -SAL. Extrato de Contrato N.º 20170627, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes/MA, CNPJ n.º 06.172.720/0001-10, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), do dia 07/07/2017, pág. 14. ONDE SE LÊ: Valor Total: R\$ 316.477,06 (trezentos e dezesseis mil quatrocentos e setenta e sete reais e seis centavos). LEIA-SE: Valor Total: R\$ 133.216,00 (cento e trinta e três mil e duzentos e dezesseis reais). Ficam os demais termos inalterados.

Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

ERRATA: ERRATA. RETIFICA - SE O VALOR TOTAL REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS LOPES/MA

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO N.º 20170628

ERRATA. Retifica - se o valor total referente ao Processo Licitatório Pregão Presencial nº 002/2017, Processo Administrativo n.º 06012017-0002, Ata de Registro de Preços nº 001/2017/PM -SAL. Extrato de Contrato N.º 20170628, da Prefeitura Municipal de Santo Antonio dos Lopes/MA, CNPJ n.º 06.172.720/0001-10, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), do dia 07/07/2017, pág. 15. ONDE SE LÊ: Valor Total: R\$ 652.268,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil e duzentos e sessenta e oito reais). LEIA-SE: Valor Total: R\$ 533.568,00 (quinhentos e trinta e três mil e quinhentos e sessenta e oito reais). Ficam os demais termos inalterados.

Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

AVISO DE LICITAÇÃO - REPETIÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO - REPETIÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017. REGISTRO DE PREÇO. O Município de Santo Antônio dos Lopes (MA), através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis à espécie, fará realizar as 11:00hs do dia 02/08/2017, licitação na modalidade Pregão "Presencial", do tipo Menor Preço, tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de tecidos, de interesse desta Administração Pública, conforme Edital e Anexos. A licitação será realizada na sala da

Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes, situada na Praça Abraão Ferreira, s/n - Centro, CEP: 65.730-000, Santo Antônio dos Lopes (MA). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs as 12:00hs, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente através de mídia. Esclarecimentos adicionais no endereço retro mencionado ou pelo Email: cpl@stoantoniodoslopes.ma.gov.br Santo Antônio dos Lopes (MA), 17 de Julho de 2017. Maria Lia Silva e Silva Secretária Port. nº 026/2017-GP

Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

AVISO DE LICITAÇÃO - REPETIÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017.

AVISO DE LICITAÇÃO - REPETIÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017. REGISTRO DE PREÇOS. O Município de Santo Antônio dos Lopes (MA), através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes, por meio da Secretaria Mun. de Planejamento e Administração, torna público aos interessados que, com base na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis à espécie, fará realizar as 09:00hs do dia 02/08/2017, licitação na modalidade Pregão "Presencial", do tipo Menor Preço, tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de provedor acesso à internet "Via Rádio", de interesse desta Administração Pública, conforme Edital e Anexos. A licitação será realizada na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio dos Lopes, situada na Praça Abraão Ferreira, s/n - Centro, CEP: 65.730-000, Santo Antônio dos Lopes (MA). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no endereço supra, de 2ª a 6ª feira, no horário das 08:00hs as 12:00hs, onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente através de mídia. Esclarecimentos adicionais no endereço retro mencionado ou pelo Email: cpl@stoantoniodoslopes.ma.gov.br Santo Antônio dos Lopes (MA), 14 de Julho de 2017. Maria Lia Silva e Silva Secretária Port. nº 026/2017-GP

Autor da Publicação: SAMARA CARVALHO SOUZA DIAS

Prefeitura Municipal de São José dos Basílios

PORTARIA Nº 090/2017/PMSJB - GAB

PORTARIA Nº 090/2017/PMSJB - GAB, o Prefeito Municipal de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, o Sr. **CREGINALDO RODRIGUES DE ASSIS**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal. **R E S O L V E: Art. 1º - NOMEAR,** o Sr. **IVAN GONÇALVES TEIXEIRA COSTA**, portador do RG:014135052000 -9 SSP/MA e CPF nº 940.916.093 -68 para o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS**, conforme a lei de Estrutura Administrativa, que dispõe do funcionamento e a gestão dos serviços municipais e dá outras providências. **Art. 2º -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. **DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, ESTADO DO MARANHÃO, EM 28 DE JUNHO DE 2017.**

Autor da Publicação: Aldo da Silva Melo

Prefeitura Municipal de Tasso Fragoso**LEI Nº 140/98 - CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO**

INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

ÍNDICE**TÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS****CAPÍTULO I – Disposições Preliminares****TÍTULO II****DA HIGIENE PÚBLICA**

CAPÍTULO I	-	Disposições Gerais
CAPÍTULO II	-	Da Higiene das Vias Públicas
CAPÍTULO III	-	Da Higiene das Habitações
CAPÍTULO IV	-	Da Higiene da Alimentação

CAPÍTULO V	-	Da Higiene dos Estabelecimentos
------------	---	---------------------------------

TÍTULO III**DA POLÍTICA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA**

CAPÍTULO I	-	Da Moralidade e do Sossego Público
CAPÍTULO II	-	Dos Divertimentos Públicos
CAPÍTULO III	-	Dos Locais de Culto
CAPÍTULO IV	-	Do Trânsito Público
CAPÍTULO V	-	Das Medidas Referentes aos Animais
CAPÍTULO VI	-	Da Extinção de Insetos Nocivos
CAPÍTULO VII	-	Do Empachamento das Vias Públicas
CAPÍTULO VIII	-	Dos Inflamáveis e Explosivos

CAPÍTULO IX	-	Da Exploração de Pedreiras, Cascalharias, Olarias e Depósitos de Areia e Saibro
-------------	---	---

CAPÍTULO X	-	Dos Muros e Cercas
------------	---	--------------------

CAPÍTULO XI	-	Dos anúncios, Cartazes e Jornais ou similares
-------------	---	---

TÍTULO IV**DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CAPÍTULO I	-	Do Licenciamento dos Estabelecimentos
------------	---	---------------------------------------

Sessão Legalizada	I	-	Das Indústrias e do Comércio
-------------------	---	---	------------------------------

Sessão	II	-	Do Comércio ambulante
--------	----	---	-----------------------

CAPÍTULO II	-	Do Horário de Funcionamento
-------------	---	-----------------------------

TÍTULO V

CAPÍTULO I	-	Das Infrações e das penas
------------	---	---------------------------

CAPÍTULO II	-	Dos Autos de Infração
-------------	---	-----------------------

CAPÍTULO III	-	Do Processo de Execução
--------------	---	-------------------------

CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO**TÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Este Código tem como finalidade instituir as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene pública, do bem estar público, da localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços bem como as correspondentes relações jurídicas entre o Poder Público Municipal e os munícipes.

Art. 2º - Ao Prefeito e aos servidores públicos municipais em geral compete cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Código.

Art. 3º - Toda pessoa física ou jurídica, sujeita as prescrições deste Código, fica obrigada a facilitar, por todos os meios, a fiscalização municipal no desempenho de suas funções legais.

TÍTULO II**DA HIGIENE PÚBLICA****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 4º - Compete à Prefeitura zelar pela higiene público, visando a melhoria do ambiente, a saúde e o bem estar da população, favoráveis ao seu desenvolvimento social e no aumento da expectativa de vida.

Art. 5º - A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a

higiene e limpeza das vias públicas, dos mananciais d'água e suas margens, das habitações particulares e coletivas, da alimentação incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios e dos estábulos e pocilgas.

Art. 6º - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo Único - A Prefeitura tomará as providências cabíveis ao caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências necessárias forem da alçada das mesmas.

CAPÍTULO II

DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 7º - O serviço de limpeza das ruas, praças será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Art. 8º - Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio e sarjeta fronteira à sua residência.

§ 1º - A lavagem ou varredura do passeio e sarjeta deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º - É absolutamente proibido, em qualquer caso varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 9º - É proibido fazer varredura do interior dos prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, e bem assim despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames ou quaisquer detritos sobre o leito de logradouros públicos.

Art. 10º - A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas danificando ou obstruindo tais serviços.

Art. 11º - Para preservar de maneira geral a higiene pública fica terminantemente proibido:

I. Lavar roupas em chafarizes fontes ou tanques situados nas vias públicas;

II. Consentir o escoamento de águas servidas das residências para a rua, ou leitos dos rios e riachos;

III. Conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV. Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou qualquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

V. Aterrizar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos.

Art. 12º - É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 13º - É expressamente proibida a instalação dentro do perímetro da cidade e povoações, de indústrias que pela natureza dos produtos pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis ou por qualquer

outro motivo possam prejudicar a saúde pública.

Art. 14º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (**Unidade Municipal de Referência**).

CAPÍTULO III

DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES

Art. 15º - Os proprietários ou inquilinos de quaisquer habitações são obrigados a conservá-las em bom estado de higiene e asseio sempre que necessário restaurar as suas condições de pintura externa ou interna.

Art. 16º - Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

Parágrafo Único - Os terrenos baldios, em qualquer zona, deverão ter o seu interior conservado em estado de limpeza, isento de matos, capim, poças d'água, entulhos de lixo, satisfazendo ainda, ao que dispõe o Art. 9º.

Art. 17º - Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

Parágrafo Único - As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.

Art. 18º - O lixo domiciliar será acondicionado em embalagem apropriada, para ser removido pelo serviço de limpeza pública, conforme regulamentação.

Parágrafo Único - Não serão considerados como lixo os resíduos das indústrias e oficinas, ou restos de materiais de construção, ou entulhos provenientes de construção, e demolições, as matérias excrementícias restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais e jardins, bem como terra, os quais serão removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Art. 19º - As casas de apartamentos e prédios de habitação coletiva deverão ser dotados de instalação incineradora e coletora de lixo, esta convenientemente disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivo para limpeza e lavagem.

Art. 20º - Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de água e esgoto poderá ser habitado sem que disponha dessas utilidades e seja provido de instalações sanitárias.

§ 1º - Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'água, banheiros e privadas em número proporcional aos dos seus moradores.

§ 2º - Não serão permitidas nos prédios da cidade das vilas e dos povoados, providos de rede de abastecimento d'água, abertura ou manutenção de cisternas.

Art. 21º - As chaminés de qualquer espécie de fogões de casas particulares, de restaurantes, pensões, hotéis e de estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expedir não incomodem os vizinhos

Parágrafo Único - Em casos especiais, a critério da Prefeitura, as chaminés poderão ser substituídas por aparelho eficiente que produza idêntico efeito.

Art. 22º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

CAPÍTULO IV

DA HIGIENE DA ALIMENTAÇÃO

Art. 23º - A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sobre a produção, comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste Código, considerando-se gêneros alimentícios todas as substâncias, sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 24º - Não será permitida a produção, exploração ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para o local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º - A inutilização dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimento comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possa sofrer em virtude da infração.

§ 2º - A reincidência na prática das infrações prevista neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 25º - Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I. O estabelecimento terá, para depósito de verduras que devem ser consumidas sem coação, recipiente ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de mosca, poeira e quaisquer contaminações;

II. As frutas expostas à venda serão colocadas sobre mesas ou estantes, limpas e afastadas um metro no mínimo das ombreiras das portas externas;

Parágrafo Único - É proibido utilizar-se para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 26º - É proibido ter em depósito ou exposto a venda:

- I. Aves doentes
- II. Legumes, hortaliças, frutas ou ovos deteriorados.

Art. 27º - Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do estabelecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 28º - O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 29º - As fábricas de doces e de massas, as refinarias, padarias, confeitarias e os estabelecimentos congêneres deverão

ter;

I. Os pisos e as paredes das salas de elaboração dos produtos, revestidos de ladrilhos até a altura de dois metros;

II. As salas de preparo dos produtos com as janelas e aberturas teladas e à prova de moscas.

Art. 30º - Os vendedores ambulantes de gênero alimentícios, além das prescrições deste Código que lhe são aplicáveis, deverão observar ainda as seguintes:

I. Os boxes, carrinhos e caixas deverão ser vistoriados pela Prefeitura, atendendo aos padrões mínimos de higiene e segurança do município;

II. Velarem para que os gêneros que ofereçam não estejam deteriorados nem contaminados e se apresentam em perfeitas condições de higiene sob pena de apreensão das referidas mercadorias que serão inutilizadas;

III. Terem os produtos expostos à venda conservados em recipientes apropriados, para isolá-los de impurezas e de insetos;

IV. Usarem vestuários adequados e limpos;

V. Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda.

Art. 31º - A venda ambulante de sorvetes, refrescos, doces, guloseimas, pães e outros gêneros alimentícios de ingestão imediata, só serão permitidos em carros apropriados, caixas ou outros receptáculos fechados, devidamente vistoriados pela Prefeitura, de modo que a mercadoria seja inteiramente resguardada da poeira e da ação do tempo ou de elementos maléficos de qualquer espécie, sob pena de multa e de apreensão das mercadorias.

§ 1º - É obrigatório que o vendedor ambulante justaponha, rigorosamente e sempre, as partes das vasilhas destinadas à venda de gêneros alimentícios de ingestão imediata, de modo a preservá-los de qualquer contaminação.

§ 2º - O acondicionamento de balas, confeitos e biscoitos providos de envoltórios poderá ser feito em vasilhas abertas.

Art. 32º - Não é permitido o comércio da carne de bovinos, suínos ou caprinos que não tenham sido abatidos em matadouro sujeitos a fiscalização pública.

Parágrafo Único - Os matadouros deverão obedecer às regras determinadas de acordo com a regulamentação municipal.

Art. 33º - O Prefeito Municipal poderá para garantia do abastecimento regular da cidade, firmar convênios com um ou mais pessoas que se queiram responsabilizar pelo mesmo, mediante ato em que se estabeleçam obrigações mútuas entre a municipalidade e o interessado.

Art. 34º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

CAPÍTULO V

DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 35º - Os hotéis restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

I. A lavagem da louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitido sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II. A higienização da louça e talheres deverá ser feita com água fervente;

III. Os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV. A louça e os talheres deverão ser guardados em armário, com portas e ventilados, não podendo ficar expostos às poeiras e às moscas;

V.

Instalações sanitárias independentes para homens e mulheres.

Art. 36º - Nos açougues, além das disposições gerais deste Código, que lhes forem aplicáveis, é obrigatório:

I. Uso obrigatório de serra manual ou elétrica para cortar ossos.

II. O cômodo terá que ter piso e paredes revestidos de cerâmica até a altura mínima de dois metros.

III. Os vendedores usarão, durante o trabalho blusas e bonés brancos, apropriados, rigorosamente limpos.

Art. 37º - Os estabelecimentos a que se referem os artigos 35 a 36 são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de preferência uniformizados.

Art. 38º - Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas, salas individuais e água corrente.

Art. 39º - Nos hospitais, casas de saúde e maternidade, além das disposições gerais deste Código, que lhes forem aplicáveis, são obrigatórias:

I. A existência de uma lavadeira a água quente com instalação completa de desinfecção;

II. A existência de depósito apropriado para roupa servida;

III. A instalação de necrotérios e capelas mortuária será feita em prédio isolado, das habitações vizinhas e situados de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

IV. A instalação de uma cozinha com no mínimo três peças, destinadas receptivamente a depósito de gêneros; preparo de comidas e a distribuição de comida e lavagem e esterilização de louças e utensílios, devendo todas as peças ter os pisos e paredes revestidas de cerâmica e azulejos até a altura mínima de dois metros.

Art. 40º - As cocheiras e estábulos existentes na cidade, vilas ou povoações do Município deverão, além da observância de outras disposições deste Código que lhes forem aplicadas, obedecer ao seguinte:

1. Possuir muros divisórios com três metros de altura separando-

as dos terrenos limítrofes;

2. Conservar a distância mínima de dois metros e meio entre a construção e divisa do lote;
3. Possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contorno para águas de chuvas;
4. Possuir depósito para estrume, à prova de insetos e com a capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas a qual deve ser diariamente removida para a zona rural;
5. Possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos restos;
6. Manter completa separação entre os possíveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;
7. Obedecer a um recuo de pelo menos vinte metros de alinhamento do logradouro.

Art. 41º - Na infração de qualquer disposição deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 02 a 10 U.M.R (Unidade Municipal de Referência).

•

DA POLÍCIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA**CAPÍTULO I****DA MORALIDADE E DO SOSSEGO PÚBLICO**

Art. 42º - Os proprietários de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo Único - As desordens, algazarra ou barulho, porventura verificado nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários à multa, podendo ser cassada licença para o seu funcionamento;

Art. 43º - É expressamente proibido perturbar o sossego público com ruído ou sons excessivos, evitáveis tais como:

1. Os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com estes em mau estado de funcionamento;
2. Os de buzinas, clarins, tímpanos quaisquer outros aparelhos;
3. A propaganda realizada com alto falantes, bumbos, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da Prefeitura;
4. Os produzidos por arma de fogo;
5. Os de moedor, bombas e demais jogos ruidosos;
6. Os de apitos ou silvos de sereia de fábrica, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de trinta segundos ou depois das 22 horas;
7. Os batuques e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades ou depois das 23 horas.

Parágrafo Único - Excetuam-se das proibições deste artigo:

1. Os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos de Assistência. Corpo de Bombeiros e Polícia, quando em serviço;
2. Os apitos das rondas e guardas policiais.

Art. 44º - Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das 5 e depois das 22 horas, salvo os toques de rebates por ocasião de incêndios ou inundações.

Art. 45º - É proibido executar qualquer trabalho ou serviço

que produza ruído, antes das 7 e depois das 18 horas, nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas de residência.

Art. 46º - As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, às oscilações de alta frequência, chispas e ruídos prejudiciais à recepção de som e imagem.

Parágrafo Único - As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem reduções sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das dezoito horas, nos dias úteis;

Art. 47º - Na infração de qualquer artigo capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

CAPÍTULO II

DOS DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Art. 48º - Divertimentos públicos, para os efeitos deste Código, são os que realizarem nas vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Art. 49º - Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Parágrafo Único - O requerimento de licença para o funcionamento de qualquer casa de diversão será instruído com a prova de terem sido satisfeitas as exigência regulamentares referentes à construção e higiene de edifício, e procedida à vistoria policial.

Art. 50º - Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de obras:

1. Tanto as salas de entrada como as de espetáculos serão mantidas higienicamente limpas;
2. As portas e os corredores para o exterior serão amplas e conservados sempre livres de grades e móveis ou qualquer objeto que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;
3. Todas as partes de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;
4. Os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;
5. Haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;
6. Serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso.

Art. 51º - Os programas anunciados serão executados integralmente não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§1º - Em caso de modificação do programa ou de horário o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§2º - As disposições deste artigo aplicam-se inclusive às competições expectativas para as quais se exija o pagamento de

entrada.

Art. 52º - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, estádio, cinema, circo ou sala de espetáculos.

Art. 53º - Não serão fornecidas licenças para a realização de jogos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 100 metros de hospitais, casas de saúde ou maternidade.

Art. 54º - Para o funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis deste Código, deverão ser observadas as seguintes:

1. A parte destinada ao público será inteiramente separada da parte destinada aos artistas, não havendo, entre as duas, mais que as indispensáveis comunicações de serviço.
2. A parte destinada aos artistas deverá ter quando possível fácil e direta comunicação com as vias públicas, de maneira que assegure saída ou entrada franca, sem dependência da parte destinada à permanência do público.

Art. 55º - Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

1. Só poderão funcionar em pavimentos térreos;
2. Os aparelhos de projeção ficarão em cabinas de fácil saída, construídas de material incombustível;
3. No interior das cabinas não poderão existir maior número de películas do que as necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim deverão elas estar depositadas em recipientes especiais incombustível, hermeticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art. 56º - A armação de circos de pano ou parque de diversões só poderá ser permitida em certos locais, a juízo da Prefeitura.

- A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ter prazo superior a 15 dias.

§2º - Ao conceder a autorização, poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança.

§3º - A seu juízo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização de circo ou parque de diversões, ou obrigá-los a novas restrições ao conceder-lhes a renovação pedida.

§4º - Os circos e parques de diversões, embora autorizados só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pela autoridades da Prefeitura.

Art. 57º - Para permitir armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se julgar conveniente, um depósito até o máximo de valores de referência vigentes no Município, como garantia do logradouro.

Parágrafo Único - O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza espacial ou reparos; em caso contrário, serão reduzidas do mesmo as despesas feitas com tal serviço.

Art. 58º - Na localização de "dancings", ou estabelecimentos

de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em vista o sossego da população.

Art. 59º - Os espetáculos, bailes ou festas de caráter público dependem, para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo Único - Excetuam-se das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

Art. 60º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

CAPÍTULO III

DOS LOCAIS DE CULTO

Art. 61º - As igrejas, os templos e as casas de culto são locais tidos e havidos por sagrados e, por isso, devem ser respeitados sendo proibido pixar suas paredes e muros, ou neles colocar cartazes.

Art. 62º - Nas igrejas, templos ou casas de cultos, os locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos, iluminados e arejados.

Art. 63º - As igrejas, templos e casas de culto não poderão contar maior número de assistentes, qualquer de seus ofícios, do que lotação comportada por suas instalações.

Art. 64º - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

CAPÍTULO IV

DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 65º - O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a segurança e o bem estar dos transeuntes e da população em geral.

Parágrafo Único - O Município fará convênio com os Órgãos Federais e Estaduais de Trânsito, para estabelecer normas locais de trânsito, nas vias públicas, através de Decretos Municipais, podendo os mesmos serem ainda regulamentados por Portarias.

Art. 66º - É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres e veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quadro exigências policiais o determinarem.

Parágrafo Único - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito deverá ser colocada sinalização vermelha de dia e luminosa à noite.

Art. 67º - Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construções, nas vias públicas em geral.

§1º - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo prejuízo ao trânsito por

tempo não superior a 3 (três) horas.

§2º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, a distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito.

Art. 68º - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 69º - Assiste à prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 70º - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo, quando não previsto pena do Código Nacional de Trânsito, será imposta à multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS

Art. 71º - É proibida a permanência de animais nas vias públicas.

Art. 72º - Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas e caminhos públicos, serão recolhidos ao depósito da Municipalidade.

Art. 73º - O animal recolhido em virtude do disposto neste capítulo será retirado dentro do prazo máximo de 07 (sete) dias, mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo Único - Não sendo retirado o animal neste prazo deverá à prefeitura efetuar a venda em hasta pública, precedida da necessária publicação.

Art. 74º - É proibida a criação ou engorda de porcos no perímetro urbano da sede municipal.

Parágrafo Único - Aos proprietários de cevas existentes na sede municipal, fica marcado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação deste Código, para a remoção dos animais.

Art. 75º - É igualmente proibida a criação no perímetro urbano da sede municipal, de qualquer outra espécie de gado.

Parágrafo Único - Observadas as exigências sanitárias a que se refere o artigo 40 deste Código, é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras, mediante licença e fiscalização da Prefeitura.

Art. 76º - Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da prefeitura.

§1º - Tratando-se de cães não registrados, será o mesmo doado a outro interessado, se não for retirado por seu dono, dentro de dois dias, mediante o pagamento da multa e das taxas respectivas.

§2º - Os proprietários dos cães registrados serão notificados, devendo retirá-los em idêntico prazo em que os animais serão igualmente doados.

§3º - Quando se tratar de animal de raça poderá a Prefeitura a

seu critério, agir de conformidade com o que estipula o parágrafo único do art. 73 deste Código.

Art. 77º - Haverá na Prefeitura, o registro de cães, que será feito anualmente, mediante o pagamento de taxa respectiva.

Art. 78º - Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em logradouros para isso designados.

Art. 79º - É expressamente proibido:

1. Criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;
2. Criar pombos nos forros das casas de residências.

Art. 80º - É proibida a criação de aves domésticas, tais como galinhas, patos, perus, sem as condições mínimas de higiene e segurança, que importem em desagravo à vizinhança.

Art. 81º - É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar crueldade contra os mesmos.

Art. 82 - Na infração de que trata este capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

Parágrafo Único - Qualquer pessoa idônea poderá autuar os infratores, devendo o respectivo auto, ser assinado por duas testemunhas, e enviando à Prefeitura para os fins de direito;

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS

Art. 83 - Todo proprietário de terreno, cultivado ou não dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro da sua propriedade.

Art. 84º - Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigueiro, será feita intimação ao proprietário do terreno onde o mesmo estiver localizado, marcando-se o prazo de 05 (cinco) dias para se proceder ao seu extermínio.

Art. 85º - Se no prazo fixado, não for extinto o formigueiro a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar acrescidas de 20% pelo trabalho de administração, além da multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

CAPÍTULO VII

DO EMPACHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 86º - Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma caixa de largura, no máximo, igual à metade do passeio.

§1º - Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros serão neles afixadas de forma bem visível.

§2º - Dispensa o tapume quando se tratar de:

1. Construção ou reparos de muros ou grades com altura não superior a dois metros;
2. Pintura ou pequenos reparos.

Art. 87º - Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

1. Apresentarem perfeitas condições de segurança;
2. Terem a largura do passeio, até no máximo de 2 metros;
3. Não causarem dano às árvores, aparelhos de iluminação e redes telefônicas e da distribuição de energia elétrica.

Parágrafo Único - O andaime deverá ser retirado quando ocorrer à paralisação da obra por mais de 30 (trinta) dias.

Art. 88º - Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívica ou de caráter popular, desde que sejam observadas as condições seguintes: I. Serem aprovados pela Prefeitura, quando à sua localização; II. Não perturbarem o trânsito público;

III. Não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades estragos por acaso verificados; VI. Serem removidos no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo Único - Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanques, cobrando ao responsável as despesas da remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Art. 89º - Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no parágrafo primeiro do **Art. 66** deste Código.

Art. 90º - O ajardinamento e arborização das praças e vias públicas serão atribuições exclusivas da Prefeitura.

Parágrafo Único - Nos logradouros abertos por particulares, com licença da Prefeitura, é facultada aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Art. 91º - É proibido podar, cortar derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem consentimento expressivo da Prefeitura.

Art. 92º - Nas árvores dos logradouros públicos não será permitida a colocação de cartazes e anúncios nem afixação de cabos ou fios, sem autorização da Prefeitura.

Art. 93º - Os postes telegráficos, de iluminação e força-as caixas postais, os avisadores de incêndio e de polícia e as balanças para pesagem de veículos só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicará as posições convenientes e as condições da respectiva instalação.

Art. 94º - As colunas ou suporte de anúncios, as caixas de papéis usados, os bancos ou os abrigos de logradouros públicos somente poderão ser instalados mediante licença da Prefeitura.

Art. 95° - As bancas para a venda de jornais e revista poderão ser permitidas, nos logradouros públicos desde que satisfaçam às seguintes condições:

- I. Terem sua localização aprovada pela Prefeitura;
- II. Apresentarem bom aspecto quanto à sua construção;
- III. Não perturbarem o trânsito público;
- IV. Serem de fácil remoção;

Art. 96° - Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, partes do passeio correspondente à testada do edifício, desde que fique livre para trânsito uma faixa do passeio de largura mínima de dois metros.

Art. 97° - Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos somente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovando o seu valor artístico ou cívico, e a juízo da Prefeitura.

§ 1° - Dependerá, ainda, de aprovação, o local escolhido para afixação dos monumentos.

§ 2° - No caso de paralisação ou mau funcionamento de relógio instalado em logradouros públicos, seu mostrador deverá permanecer coberto.

Art. 98° - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

CAPÍTULO VIII

DOS INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 99° - São considerados inflamáveis:

- I. O fósforo e os materiais fosforados;
- II. A gasolina e demais derivados de petróleo;
- III. Os éteres, alcoóis, a aguardente e os óleos em geral;
- IV. Os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas líquidas;
- V. Toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de cento e trinta e cinco graus centígrados (135°).

Art. 100° - Consideram-se explosivos:

- I. Os fogos de artifícios;
- II. A nitroglicerina e seus compostos derivados;
- III. A pólvora e o algodão - pólvora;
- IV. As espoletas e os estopins;
- V. Os fulminados, cloratos, formiatos e congêneres;
- VI. Os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 101° - É absolutamente proibido:

- I. Fabricar sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

- II. Manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais, quanto à construção e segurança;
- III. Depositar ou conservar nas vias públicas mesmo provisoriamente,

inflamáveis ou explosivos.

§ 1° - Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura na respectiva licença de material inflamável ou explosivos que não ultrapassar à venda provável de vinte dias.

§ 2° - Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de 30 (trinta) dias desde que os depósitos estejam localizados a uma distância de 250 metros da habitação mais próxima e a 150 metros das ruas ou estradas. Se as distâncias a que se refere este parágrafo forem superiores a 500 metros, é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art. 102° - Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura.

§ 1° - Os depósitos serão dotados de instalação para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.

§ 2° - Todas as dependências e anexos aos depósitos de explosivos inflamáveis serão construídos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas e esquadrias.

Art. 103° - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1° - Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2° - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderá conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 104° - É expressamente proibido:

- I. Queimar fogos de artifícios, bombas e busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmo logradouros;

- II. Soltar balões em toda a extensão do Município;
- III. Fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura;

- IV. Utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do Município;

- V. Fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo sem colocação de sinal visível para advertência aos passantes ou transeuntes.

§ 1° - A proibição de que tratam os itens I, II, e III poderá ser suspensão mediante a licença da Prefeitura, em dias de regozijo públicos ou festividades religiosas de caráter tradicional.

§ 2° - Os casos previstos no parágrafo 1° serão regulamentados pela Prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança pública.

Art. 105° - A instalação de postos de abastecimento de veículos, bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis fica

sujeita a licença especial da Prefeitura.

§ 1º - A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou da bomba irá prejudicar, de algum modo, a segurança pública.

§ 2º - A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança.

Art. 106º - Na inflação de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 02 a 10 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência). Além da responsabilidade civil ou criminal do infrator, se for o caso.

CAPÍTULO IX

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHARIAS, OLARIAS E DEPÓSITOS DE AREIA E SAIBRO

Art. 107º - A exploração de pedreiras, cascalharias, olarias e depósitos de areia e de saibro, dependem de licença da Prefeitura, que a concederá, observados os preceitos deste Código e do plano diretor.

Art. 108º - A instalação de olarias nas zonas urbanas e suburbanas do Município deve obedecer às seguintes prescrições:

- I. As chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emissões nocivas;
- II. Quando as escavações facilitarem a formação de depósito de águas, o explorador será obrigado a fazer o devido escoamento ou aterrar as cavidades à medida que for retirado o barro.

Art. 109º - A prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução no recinto da exploração de pedreiras ou cascalharias com intuito de proteger propriedades particulares ou públicas ou evitar obstrução dos mananciais.

Art. 110º - É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município;

- I. A jusante do local que recebem contribuições de esgotos;
- II. Quando modificarem o leito ou as margens dos mesmos;
- III. Quando possibilitarem a formação local ou causem por qualquer forma a estagnação das águas;
- IV. Quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obras construídas nas margens ou sobre leitos dos rios.

Art. 111º - Na infração de qualquer artigo deste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 02 a 10 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência), além da responsabilidade civil ou criminal que couber.

CAPÍTULO X

DOS MUROS E CERCAS

Art. 112º - Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los e cercá-los nos prazos fixados pela

Prefeitura.

Parágrafo Único - Caso não sejam cumpridos os prazos fixados poderá a administração municipal efetuar a construção de muros ou cercas e emitir guia para cobrança das despesas da construção; ou ainda, anular os documentos de posse dos respectivos terrenos, expedidos pela Prefeitura e pelos Cartórios de Registro de Títulos, conforme estabelece a Certidão de Aforamento Inicial.

Art. 113º - Serão comuns os muros e cercas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para as despesas de sua construção e conservação, na forma do Art. 588 do Código Civil.

Parágrafo Único - Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cercas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cerca especiais.

Art. 114º - Os terrenos da zona urbana serão fechados com muros rebocados e cuidados ou com grades de ferro ou madeiras assentes sobre alvenarias, devendo em qualquer caso ter altura de um metro e oitenta centímetros.

Art. 115º - Os terrenos rurais, especialmente os destinados à pecuária, salvo acordo entre os proprietários, serão fechados com:

- I. Cercas de arame farpado, com três fios no mínimo, e um metro e quarenta centímetros de altura;
- II. Cerca vivas, de espécie vegetais adequadas e resistentes;
- III. Telas de fios metálicos com altura mínima de um metro e cinquenta centímetros;

Art. 116º - Será aplicada multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência), a todo aquele que:

- I. Fizer cercas ou muros em desacordo com as normas fixadas neste capítulo;
- II. Danificar, por qualquer meio, cercas existentes, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber;

CAPÍTULO I

DOS ANÚNCIOS E CARTAZES

Art. 117º - A exploração dos meios de publicidade nas vias logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura sujeitando o contribuinte ao pagamento de taxa respectiva.

§ 1º - Incluem-se na obrigatoriedade deste caso todos os cartazes jornais, ou similares locais, letreiros, programas, quadros, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não, feitos por qualquer modo, processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º - Incluem-se, na obrigatoriedade deste artigo, os anúncios que, embora apostos em terrenos ou próprios de domínio privado forem visíveis dos lugares públicos.

Art. 118º - A propaganda falada em lugares públicos, por

meio de ampliadores de voz, alto-falante e propagandistas, assim como feitas por meio de cinema ambulante, ainda que muda, está igualmente sujeita a prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 119º - Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

- I. Pela sua natureza provoquem aglomeração ao trânsito público;
- II. De alguma forma prejudiquem os aspectos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
- III. Sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a indivíduos, crenças e instituições;
- IV. Obstruam, interceptem ou reduzam as portas e janelas respectivas bandeiras;
- V. Contenham incorreções linguagem;
- VI. Façam o uso de palavras e língua estrangeira salvo aqueles que por insuficiências do nosso léxico, a ele hajam incorporados;
- VII. Pelo seu número ou má distribuição, prejudiquem o aspecto das fachadas.

Art. 120º - Os pedidos de licença para a publicação ou propaganda por meio de cartazes ou anúncios deverão mencionar:

- I. A indicação dos locais em que serão colocados ou distribuídos os cartazes ou anúncios;

- II. A natureza do material de confecção;
- III. As dimensões;
- IV. As inscrições e o texto;
- V. As cores empregadas.

Art. 121º - Tratando-se de anúncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser adotada.

Art. 122º - Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados, sempre que tais providências sejam necessárias para o seu aspecto e segurança.

Parágrafo Único - Desde que não haja modificações de dizeres ou de localização, os concertos ou repartições de anúncios dependerão apenas de comunicação escrita à Prefeitura.

Art. 123º - Os anúncios encontrados sem que os responsáveis tenham satisfeito as formalidades deste Capítulo poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades além do pagamento da multa prevista na lei.

Art. 124º - Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

TÍTULO IV

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CAPÍTULO I

DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELICIMENOS INDUSTRIAIS E

COMERCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

SEÇÃO I

DAS INDÚSTRIAS E DO COMÉRCIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LEGALIZADOS.

Art. 125º - Nenhum estabelecimento comercial ou industrial ou prestacional poderá funcionar no Município sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento dos interessados e mediante pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo Único - O requerimento deverá especificar com clareza:

- I. O ramo do comércio ou da indústria;
- II. A área ocupada e o número de empregados;
- III. O local em que o requerimento pretende exercer sua atividade.

Art. 126º - Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais que se enquadram das proibições constantes do Art. 13 deste Código.

Art. 127º - A licença para o funcionamento de açougues, padarias, confeitarias, leiteiras, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões outros estabelecimentos congêneres será sempre precedida de exame no local e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 128º - Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 129º - Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitado à necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art. 130º - A Licença de localização poderá ser cassada:

- I. Quando se tratar de negócios diferentes ao requerido;
- II. Como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou de sossego e segurança pública;
- III. Se o licenciado se negar a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo.
- IV. Por solicitação de autoridade competente provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - Poderá ser igualmente fechado todo estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença e expedida em conformidade com o que preceitua este Capítulo.

SEÇÃO II

DO COMÉRCIO AMBULANTE

Art. 131º - O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Município e do que preceitua este Código.

Art. 132º - Da licença concedida deverão constar os

seguintes elementos, além de outros que foram estabelecidos:

- I. Número de inscrição;
- II. Residência do comerciante ou responsável;

III. Nome razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

Parágrafo Único - O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 133º - É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de multa:

- I. Estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura;
- II. Impedir ou dificultar o trânsito nas vias públicas ou dos logradouros;
- III. Transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Art. 134º - Na infração de qualquer artigo desta seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 01 a 05 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência), além, da penalidade fiscal cabível.

CAPÍTULO II

DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 135º - A abertura e fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestacionais no Município, obedecerão ao seguinte horário, observado os preceitos da legislação federal que regula o contrato e as condições do trabalho.

I. Para indústria de modo geral:

- a) A abertura e fechamento entre 07:00 e 18:00 nos dias úteis;
- b) Nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, incluindo os feriados locais, quando decretados pela autoridade competente.

§ 1º - Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais e locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem às atividades de impressão de jornais, laticínio, frios, industriais, purificação e distribuição de energia elétrica, gás, água, serviços de esgotos, serviço de transporte coletivo ou outras atividades que a juízo da autoridade federal competente seja estendida tais prerrogativas.

II. Para o comércio e prestacional de modo geral:

- a) A abertura e o fechamento das 08:00 às 18:00 hs, nos dias úteis.
- b) Nos dias previstos na alínea b, do inciso anterior, os estabelecimentos permanecerão fechados.

Art. 136º - O Prefeito Municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestacionais, segundo suas necessidades, para atender ao interesse público.

Art. 137º - Por motivo de conveniência pública, poderão funcionar em horários especiais todos os estabelecimentos relacionados nos Anexos I e II deste Código.

Art. 138º - Por constituir-se em serviços de utilidade pública as farmácias funcionarão em horários especiais, conforme dispuser a escala de plantão determinada pela Prefeitura Municipal.

§ 1º - As Farmácias que não estiverem de plantão, em casos de urgências, deverão atender ao público qualquer hora do dia e da noite.

§ 2º - Quando fechadas, as farmácias deverão manter afixadas em suas portas uma placa com a indicação do estabelecimento análogos que estiverem de plantão.

Art. 139º - Todas as atividades, industriais, comerciais e prestacionais, salvo as exceções deste Código, deverão encerrar suas jornadas semanais de funcionamento obrigatoriamente, sábado às 12:00 horas, sob pena de cassação do Alvará e da aplicação de pena e da multa.

Art. 140º - As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste capítulo serão punidas com multa correspondente ao valor de 02 a 10 U.M.R. (Unidade Municipal de Referência).

ANEXO I

Atividade	Horário de func.Normal Segunda à Sexta-feira	Horário de func.especial
Mercearia e supermercado	06:00 às 20:00 hs.	06:00 às 20:00 hs.
Quitanda	06:00 às 20:00 hs.	06:00 às 20:00 hs.
Padaria	05:00 às 22:00 hs.	05:00 às 20:00 hs.
Barbearias e Cabeleireiros	08:00 às 20:00 hs.	08:00 às 20:00 hs.
Dist. De jornais e revista	06:00 às 20:00 hs.	06:00 às 18:00 hs.
Farmácias	08:00 às 20:00 hs.	08:00 às 18:00 hs.
Video Clube	08:00 às 20:00 hs.	08:00 às 18:00 hs.

ANEXO II

Atividade	Horário de func.Normal Segunda à Sexta-feira	Horário de func. Especial Sáb. Dom. e Feriados
Restaurantes, bares, botequins, lanchonetes e sorveterias.	07:00 às 24:00 hs.	07:00 às 02:00 hs.
Cabarés, dancins e símil	20:00 às 02:00 hs.	20:00 às 03:00 hs.
Teatros e Cinemas	14:00 às 22:00 hs.	14:00 às 24:00 hs.
Funerárias	24 horas por dia	24 horas por dia

TÍTULO V

CAPÍTULO I

DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 141º - Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras Leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso de seu poder de polícia.

Art. 142º - Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das Leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de atuar o infrator.

Art. 143º - A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer será pecuniária e consistirá em multa observados os limites máximos estabelecidos neste Código.

Art. 144º - A penalidade pecuniária será juridicamente executada se, imposto de forma regular e pelos meios hábeis, se o infrator se recusar a satisfazê-lo no prazo legal.

§ 1º - A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em

dívida
ativa.

§ 2º - Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 145º - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo Único -

Na imposição de multa, e para graduá-la ter-se-á em vista:

- | | | | | | |
|----|---|-----|--|------|---|
| I. | A maior ou menor gravidade da infração; | II. | As suas circunstâncias atenuantes ou agravantes; | III. | Os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código. |
|----|---|-----|--|------|---|

Art. 146º - Nas reincidências as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo Único - Reincidente é aquele que violar preceito deste Código por cuja infração já sido autuado e punido;

Art. 147º - As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do Art. 159 do Código Civil.

Parágrafo Único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que houver determinado.

Art. 148º - Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura, quando a isto não se prestar a coisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositado em mãos de terceiros ou do próprio detentor, se idôneos, observadas as formalidades legais.

Parágrafo Único - A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 149º - No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura, sendo aplicada a importância apurada na idealização das despesas e multas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruído e processado.

Art. 150º - Não são diretamente puníveis das penas definidas neste Código:

- | | |
|-----|---|
| I. | Os incapazes na forma da lei; |
| II. | Os que forem coagidos a cometer a infração; |

Art. 151º - Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

- | | | | |
|------|---|-----|--|
| I. | Sobre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor; | II. | Sobre curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o Deficiente Mental; |
| III. | Sobre aquele que der causa à contravenção forçada. | | |

CAPITULO II

DOS AUTOS DE INFRAÇÃO

Art. 152º - Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridade municipal apura a violação das disposições deste Código e de outras leis, decretos e regulamentos do Município.

Art. 153º - Dará motivo à lavratura de auto de infração qualquer violação das normas deste Código que for levada ao conhecimento do Prefeito, ou dos Chefes de Serviços, por qualquer servidor municipal ou quaisquer pessoas que presenciar, devendo a, comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo Único - Recebendo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 154º - Ressalvada a hipótese do artigo anteriormente citado são autoridade para lavrar o auto de infração dos fiscais ou outros funcionários para isso designados pela Prefeitura.

Art. 155º - É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas, o Prefeito ou seu substituto legal este quando em exercício.

Art. 156º - Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e neles deverão constar:

- | | |
|------|---|
| I. | O dia, mês, ano, hora e o lugar em que foi lavrado; |
| II. | O nome de quem o lavrou, relatando-se com toda a clareza o fato constante da infração e os por menores que possam servir de atenuante ou de agravante à ação. |
| III. | O nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência, CPF ou cédula de identidade; |
| IV. | A disposição infringida; |
| V. | A assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver. |

Art. 157º - Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 158º - O infrator terá prazo de 48 horas para apresentar defesa, devendo fazê-lo em requerimento dirigido ao Prefeito.

Art. 159º - Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 160º - Esta lei entrará em vigor no ano subsequente ao da sua aprovação a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Tasso Fragoso.
Estado do Maranhão, aos 19 de novembro de 1998.**

Cinobilino Coelho Guimarães Neto

Prefeito Municipal

Autor da Publicação: IGOR RIBEIRO SANTOS

Prefeitura Municipal de Tuntum

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2017-CPL

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Prefeitura Municipal de Tuntum/MA torna público para conhecimento dos interessados que no dia 04 de agosto de 2017 às 14:00 (quatorze) horas, na Sala da Comissão, à Rua Frederico Coelho nº. 411, Centro, Tuntum/MA, realizará Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, tendo por objeto Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para melhoramento de estradas vicinais, Trecho: Pov. Belém passando pelo Pov. Tremendal até o Pov. Mato Verde no Município de Tuntum/MA, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e alterações. Informações: 08:00 às 12:00 h, de segunda a sexta-feira, o Edital e seus anexos estão à disposição no site oficial, página: www.tuntum.ma.gov.br ou na sede da CPL, no mesmo local, onde serão também fornecidos elementos, informações e outros esclarecimentos sobre a Licitação ou pelo e-mail: cpl-tuntum-ma@hotmail.com e obtido mediante o recolhimento da importância de R\$ 20,00 (vinte reais), através de DAM. Tuntum/MA, 18 de julho de 2017. Christoffy Francisco Abreu Silva - Presidente da CPL.

Autor da Publicação: Christoffy Francisco Abreu Silva

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/2017-CPL

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Prefeitura Municipal de Tuntum/MA torna público para conhecimento dos interessados que no dia 04 de agosto de 2017 às 08:00 (oito) horas, na Sala da Comissão, à Rua Frederico Coelho nº. 411, Centro, Tuntum/MA, realizará Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, tendo por objeto Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para pavimentação asfáltica no Povoado Serra Grande no Município de Tuntum/MA, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e alterações. Informações: 08:00 às 12:00 h, de segunda a sexta-feira, o Edital e seus anexos estão à disposição no site oficial, página: www.tuntum.ma.gov.br ou na sede da CPL, no mesmo local, onde serão também fornecidos elementos, informações e outros esclarecimentos sobre a Licitação ou pelo e-mail: cpl-tuntum-ma@hotmail.com e obtido mediante o recolhimento da importância de R\$ 20,00 (vinte reais), através de DAM. Tuntum/MA, 18 de julho de 2017. Christoffy Francisco Abreu Silva - Presidente da CPL.

Autor da Publicação: Christoffy Francisco Abreu Silva

NORMAS E ORIENTAÇÕES DE PUBLICAÇÃO

A Constituição Federal permite que cada município, como ente federado, possa se auto-organizar administrativamente (Art. 18 da CF/88) por meio de suas leis (arts. 29, 20, I, da CD/88)

A Lei Federal nº 8.666/93, no seu art. 6º, inciso XIII, conceitua imprensa oficial e declara que: “para a União é o Diário Oficial da União e para os Estados, Distrito Federal e Municípios, é o que for definido em suas leis.”

O Diário Oficial é criado através de Lei Municipal. A prefeitura envia e aprova o Projeto de Lei, conforme modelo fornecido pela FAMEM, para a Câmara Municipal.

O art. 48 da Lei Complementar nº. 101/00 considera o meio eletrônico como um instrumento de transparência da gestão fiscal.

A Lei nº 10.520/2002, no seu art. 4º, determina que a publicação do aviso de licitação, independentemente do seu valor, deve ser publicado no Diário Oficial do respectivo município.

DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do diário oficial dos municípios será exclusivamente através do site: www.famem.org.br.

O município que desejar, poderá imprimir as edições para distribuição em seu município.

A produção e circulação do diário obedecerão ao seguinte:

DA INCLUSÃO DO CONTEÚDO NO SISTEMA DO DIÁRIO:

DA DATA:

As prefeituras municipais podem inserir suas publicações dentro do sistema do diário até as 22:00hs do dia corrente.

DA PUBLICAÇÃO:

As publicações sempre acontecerão às 5:00hs do dia seguinte.

OBS.: Lembrando que todo e qualquer conteúdo incluso pelas prefeituras no dia corrente para publicação dentro do sistema do diário, só será publicado no próximo dia útil, obedecendo assim os feriados nacionais e finais de semana.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

- Formato: 21 x 29,7 cm (fechado)
- Cor: Preto e Branco
- Fonte: tamanho 8,5
- Número de Páginas: Determinado pela demanda
- Publicação: Diária

Para divulgar as publicações oficiais no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão, as prefeituras deverão seguir a seguinte normatização.

DO RECEBIMENTO:

- O conteúdo deverá ser enviado pela internet por meio da utilização da ferramenta de publicação do diário que já se

encontra disponível no site: diario.famem.org.br ;

- Todo o material enviado para publicação deverá ser realizado por meio de um funcionário da prefeitura previamente autorizado e capacitado pela FAMEM para utilização do sistema;

A FORMATAÇÃO:

O conteúdo inserido pelas prefeituras no sistema do diário, deverão obedecer à seguinte formatação: o editor de textos utilizado deve ser o “Word”; o corpo da letra (tamanho) será 8,5cm; usar espaçamento simples entre linhas; texto na cor preta (automática); selecionar fonte (estilo) Arial, com alinhamento justificado.

DA PUBLICAÇÃO:

- Só serão divulgadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão as publicações de municípios que aprovarem nas Câmaras Municipais o projeto de lei que autoriza as prefeituras a instituírem o diário como órgão oficial dos municípios;
- As publicações oficiais das prefeituras serão distribuídas no diário por ordem alfabética dos municípios, assim como os atos administrativos;
- O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do município que inseriu o material no sistema do diário para publicação;
- A publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão substituirá as demais publicações impressas, para todos os efeitos legais, exceto para os editais de licitação na modalidade tomada de preços e concorrência, os quais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.666/93, devem ser publicados também em diário de grande circulação.
- Algumas publicações ainda deverão ser realizadas pela Imprensa Oficial do Estado ou da União, quando se tratar de convênios ou outra forma de parceria com esses outros entes federativos.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão será publicado no site simultaneamente à publicação impressa.
- O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão não circulará aos sábados, domingos e feriados.

DA DISTRIBUIÇÃO:

- A FAMEM disponibiliza todos os exemplares do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Maranhão em seu site: diario.famem.org.br;

DO ARMAZENAMENTO:

- O material finalizado será armazenado em nuvem no ambiente tecnológico desta Federação e em encadernações mensais;
- Os e-mails recebidos também serão armazenados em nuvem em espaço de acesso restrito;
- O material também ficará acessível para consulta das prefeituras no site da FAMEM: www.famem.org.br

Obs.: A aceitação dos atos administrativos divulgados neste diário estão condicionadas à verificação de sua autenticidade na Internet.

ATOS QUE PODEM SER PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO E ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS EM OUTROS VEÍCULOS DE PUBLICAÇÃO

SÃO VEÍCULOS DE DIVULGAÇÃO DE ATOS:**I) VEÍCULOS OFICIAIS:**

- a) Diário Oficial da União;
- b) Diário Oficial do Estado;
- c) Diário Oficial dos Municípios, impressos ou eletrônicos.

II) VEÍCULOS PRIVADOS:

- a) Jornal diário de circulação nacional;
- b) Jornal diário de grande circulação no Estado;
- c) Jornal diário de circulação regional;
- d) Jornal diário de circulação local.

III) INTERNET:

- a) Sites oficiais; e
- b) Sites privados.

ATOS ADMINISTRATIVOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS E OS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:**I - AVISOS DE ABERTURA DE LICITAÇÕES:**

- a) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços e concorrência no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, quando se tratar de obras e serviços de engenharia com RECURSOS FEDERAIS (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93) e os de pregão quando o convênio ou o Decreto Municipal dispuser a respeito (art. 17, I, II, III do Decreto Federal 5.450/05), e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- b) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso II da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- c) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- d) Obrigatoriedade de publicar o extrato dos editais de tomada de preços, concorrência, leilão e concurso no JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL OU REGIONAL (art. 21, § 4º, inciso III da Lei Federal 8.666/93) e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- e) Obrigatoriedade de publicar os editais de pregão na INTERNET e poderão ser os editais publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;
- f) Obrigatoriedade de divulgar a realização de audiência pública que deve anteceder a licitação ou conjunto de licitações em valores superiores a 100 vezes o limite estabelecido para a modalidade de concorrência nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo;

g) OBRIGATORIEDADE DE DIVULGAR AS ALTERAÇÕES DOS EDITAIS de nos mesmos meios de divulgação do edital respectivo (art. 21, § 4º da Lei Federal 8.666/93).

II - DEMAIS ATOS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES:

a) Obrigatoriedade de divulgação dos editais de convite no mural da Prefeitura (art. 21 e 22,

§ 3º da Lei Federal 8.666/93) e DEVERÃO também ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios;

b) Obrigatoriedade de divulgação da relação mensal de compras (art. 16 e art. 24, IX da Lei Federal 8.666/93) no mural da Prefeitura ou na Imprensa Oficial do Município, que neste caso, depois de aprovada a Lei Municipal será o Diário Oficial dos Municípios;

c) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município, que pode ser o Diário Oficial dos Municípios e no jornal diário de grande circulação no Estado, o chamamento público para registro cadastral (art. 34, § 1º da Lei Federal 8.666/93);

d) Obrigatoriedade de divulgar na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios) a RATIFICAÇÃO DAS DISPENSAS E DE INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO e o retardamento da execução de obra ou serviço (arts. 8º, 17, § 2º e 4º, 24, 25 e 26 da Lei Federal 8.666/93);

e) Obrigatoriedade de divulgar o extrato de contratos, ajustes e convênios e seus RESPECTIVOS ADITIVOS (art. 61, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

f) Obrigatoriedade de divulgar as intimações dos julgamentos das fases de habilitação e de propostas, quando não estiverem todos os licitantes presentes no ato que adotou a decisão, da anulação e revogação de licitações e da rescisão de contratos (art. 109, § 1º, alíneas a e b da LF 8.666/93), na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

g) Obrigatoriedade de divulgar a justificativa do pagamento fora da ordem cronológica (art. 5º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

h) Obrigatoriedade de divulgar os preços registrados (art. 15, § 2º da Lei Federal 8.666/93) na Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial dos Municípios);

i) Obrigatoriedade de divulgar as decisões de impugnações de editais, as decisões de recursos, os atos de cancelamento, adiamento, adjudicação e homologação de licitações, convocação para sorteio e demais avisos e decisões ocorridas no curso do procedimento licitatório aos licitantes, o que pode ser feito através do Diário Oficial dos Municípios. Caso envolva recursos federais, deverá também ser publicado no Diário Oficial da União, e na hipótese de envolver recursos do Estado do Maranhão, no Diário Oficial do Estado do Maranhão.

III - OUTROS ATOS OFICIAIS QUE PODEM E DEVEM SER DIVULGADOS POR MEIO DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS:

Poderão ser publicados na íntegra no Diário Oficial dos Municípios:

a) as Leis Municipais e demais atos resultantes do processo legislativo das Câmaras Municipais, tais como, projetos de lei e vetos;

b) os Decretos e outros atos normativos baixados pelos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais, tais como portarias, resoluções, instruções normativas, orientações normativas;

c) os atos dos Secretários Municipais, baixados para a execução de normas, com exceção dos de interesse interno dos municípios, tais como: despachos circulares, ordens de serviço, licenças diversas, alvarás, entre outros;

d) atos administrativos cuja publicidade seja obrigatória nos termos da legislação federal, conforme antes apontado, bem como da legislação municipal;

e) atos administrativos diversos emanados de qualquer órgão municipal, inclusive conselhos de políticas públicas, tais como pautas, atas, pareceres;

f) atos relacionados à área de recursos humanos, a exemplo de: atos relacionados a concurso público (edital, homologação de inscrições, resultado e classificação de aprovados, decisões de recursos, homologação do concurso, convocação para posse e nomeação), aposentadoria, aproveitamento, demissão, exoneração, falecimento, nomeação de servidores efetivos, comissionados e temporários, promoção, recondução, reintegração, reversão, readaptação, transferência, inclusive a nomeação de comissões de sindicância e processo administrativo disciplinar e demais atos passíveis de publicação decorrentes destes processos;

g) atos decorrentes da aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal, ainda que não sejam de publicidade obrigatória, tais como parecer prévio do controle interno, planos, prestação de contas, relatórios de gestão fiscal (publicidade obrigatória), relatórios resumidos da execução orçamentária (publicidade obrigatória) e versões simplificadas desses documentos. Os atos de publicidade obrigatória, acima referidos, deverão ser divulgados de modo a permitir o mais amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico, jornal local ou Diário Oficial, juntamente com a fixação no mural dos órgãos.

IV - ATOS QUE DEVEM SER PUBLICADOS NA HOMEPAGE CONTAS PÚBLICAS DO TCU (LEI FEDERAL 9.755/98):

a) balanço consolidado das contas dos municípios, suas autarquias e outras entidades;

b) balanços do exercício anterior;

c) orçamentos do exercício;

d) quadros baseados em dados orçamentários, demonstrativos de receita e despesa;

e) ratificações das dispensas e inexigibilidades (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

f) recursos repassados voluntariamente;

g) relação de compras (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

h) relatórios resumidos da execução orçamentária – demonstrativos

bimestrais;

i) resumos dos instrumentos de contrato e de seus aditivos (obrigatório divulgar na Imprensa Oficial);

j) tributos arrecadados.


Todos estes atos também podem ser publicados no Diário Oficial dos Municípios para dar maior transparência à gestão municipal.

*A seguir, quadro resumo sobre os atos e veículos de publicação

ATO	BASE LEGAL	DOM	DOE	DOU	JGCE	JGL/R	WEB	HOME	MURAL
LICITAÇÕES									
Aviso de Tomada de Preços, Concorrência, Concurso e Leilão.	Art. 21 da Lei 8.666/93	X	X	X	X	X			
				(Obras com recursos federais)					
				OBRIGATÓRIO					
Chamamento do registro cadastral	Art. 34 da Lei 8.666/93	X			X				
Os atos a seguir, se publicados no Diário Oficial dos Municípios que é a imprensa oficial do Município, não precisam ser publicados em outro jornal.									
Aviso de Convite	Art. 21 e 22, §3º da Lei 8.666/93	X							X
Aviso de Pregão	Lei 10.520/2002	X					X		
Relação mensal de Compras	Art. 16 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	X
Ratificação de dispensa	Art. 66 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Ratificação de Inexigibilidade	Art. 26 da Lei 8.666 e Lei 9.755/98	X						X	
Retardamento da execução de obras ou serviços	Art. 26 da Lei 8.666/93	X							
Extrato dos contratos, ajustes e convênios	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X						X	
Decisão habilitação e classificação de Propostas se ausentes licitantes no ato licitatório.	Art. 109 da Lei 8.666/93	X							
Justificativa de pagamento fora da ordem cronológica	Art. 5º da Lei 8.666/93	X							
Preços registrados	Art. 15 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de impugnação de editais	Art. 41 da Lei 8.666/93	X							
Decisão de recursos	Lei 8.666/93	X							
Revogação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Anulação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Adjudicação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Convocação de Licitação	Lei 8.666/93	X							
Apostilas	Art. 61 da Lei 8.666/93 e Lei 9.755/98	X							
GESTÃO FISCAL									
RREO	Art. 52 da LC 101/2000	X				X	X		X
RGF	Art. 55 e 63 LC 101/2000	X				X	X		X
PROCESSO LEGISLATIVO									
Projetos de Lei	Art. 37 CF	X							
Vetos	Art. 37 CF	X							
Leis	Art. 37 CF	X							
Decretos	Art. 37 CF	X							
Portarias	Art. 37 CF	X							
Resoluções	Art. 37 CF	X							
Instruções Normativas	Art. 37 CF	X							
Orientações Normativas	Art. 37 CF	X							
ATOS ADMINISTRATIVOS DIVERSOS									
Ordens de Serviços	Art. 37 CF	X							
Pareceres	Art. 37 CF	X							
Licenças Municipais	Art. 37 CF	X							

Despachos	Art. 37 CF	X							
Circulares	Art. 37 CF	X							
Atas de Conselhos	Art. 37 CF	X							
Balanço do exercício anterior	Lei 9.755/98	X						X	
Balanço consolidado	Lei 9.755/98	X						X	
Orçamento do exercício	Lei 9.755/98	X						X	
Quadro demonstrativo da Receita e despesa	Lei 9.755/98	X						X	
Rec. repassados voluntariamente	Lei 9.755/98	X						X	
Tributos arrecadados	Lei 9.755/98	X						X	
ÁREA DE PESSOAL									
Edital de Concurso Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de insc. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Resultado e classif. Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Decisão de recursos em Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Homologação de Conc. Público	Art. 37 CF	X							
Convocação p/ posse e nomeação	Art. 37 CF	X							
Aposentadoria de servidores	Art. 37 CF	X							
Demissão de servidores	Art. 37 CF	X							
Aproveitamento de servidores	Art. 37 CF	X							
Exoneração de servidores	Art. 37 CF	X							
Falecimento de servidores	Art. 37 CF	X							
Nomeação de servidores	Art. 37 CF	X							
Promoção de servidores	Art. 37 CF	X							
Recondução de servidores	Art. 37 CF	X							
Reintegração de servidores	Art. 37 CF	X							
Reversão de servidores	Art. 37 CF	X							
Readaptação de servidores	Art. 37 CF	X							
Transparência de servidores	Art. 37 CF	X							
Cessão de servidores	Art. 37 CF	X							

This document is signed by

	Signatory	CN=FEDERACAO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO:12526786000164, OU=AR SERASA, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, L=SAO LUIS, ST=MA, C=BR
	Date/Time	Wed Jul 19 04:00:37 BRT 2017
	Issuer-Certificate	CN=AC SERASA RFB v2, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
	Serial-No.	2670235723602551733
	Method	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)